

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO CONSOLIDADO

2011

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO CONSOLIDADO

2011

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
NOTA INTRODUTÓRIA	9
1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	11
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	13
2.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	13
2.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL	16
2.3. ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA	16
3. IPL EM NÚMEROS	17
4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2010-2014	21
5. OBJETIVOS 2011	23
6. ATIVIDADE DO GRUPO 2011	25
6.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	25
6.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL	35
6.3. ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA	39
7. ANÁLISE À SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	41
7.1. SÍNTESE DE CONTAS CONSOLIDADAS 2011.....	41
7.2. BALANÇO CONSOLIDADO	42
7.2.1. ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO	43
7.2.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	44
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	47
7.3.1. ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS	48
7.3.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS.....	55
7.3.2. RESULTADOS LÍQUIDOS	60
7.4. RÁCIOS E INDICADORES	60
7.5. CONCLUSÃO.....	61
7.6. FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	62
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2011	63
8.1. BALANÇO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO 2011.....	63
8.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO 2011.....	65
8.3. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS 2011	66

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 SÍNTESE DO BALANÇO POR ENTIDADE INCLUÍDA NA CONSOLIDAÇÃO	41
QUADRO 2 SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ENTIDADE INCLUÍDA NA CONSOLIDAÇÃO	41
QUADRO 3 COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	43
QUADRO 4 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	45
QUADRO 5 COMPOSIÇÃO DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	46
QUADRO 6 ESTRUTURA DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	48
QUADRO 7 ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS	49
QUADRO 8 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	51
QUADRO 9 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	52
QUADRO 10 CUSTOS COM PESSOAL	52
QUADRO 11 AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	53
QUADRO 12 OUTROS CUSTOS	54
QUADRO 13 CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS	54
QUADRO 14 ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS	55
QUADRO 15 VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	56
QUADRO 16 IMPOSTOS E TAXAS	57
QUADRO 17 PROVEITOS SUPLEMENTARES	58
QUADRO 18 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	58
QUADRO 19 PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	59
QUADRO 20 INDICADORES DE GESTÃO E FINANCEIROS	60
QUADRO 21 PESSOAL A 31 DE DEZEMBRO	69
QUADRO 22 TABELA RECLASSIFICAÇÕES	70
QUADRO 23 ENTIDADES PARTICIPADAS	70
QUADRO 24 ATIVO BRUTO	75
QUADRO 25 AMORTIZAÇÕES	76
QUADRO 26 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	76
QUADRO 27 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO	77
QUADRO 28 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS	77
QUADRO 29 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	78
QUADRO 30 PROVISÕES	78
QUADRO 31 ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS	80
QUADRO 32 ACRÉSCIMOS DE CUSTOS E PROVEITOS DIFERIDOS	80

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO	42
GRÁFICO 2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	48
GRÁFICO 3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS CUSTOS	49
GRÁFICO 4 ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS	50
GRÁFICO 5 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS	55
GRÁFICO 6 ESTRUTURA DE PROVEITOS OPERACIONAIS	56

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O presente Relatório de Atividades e Gestão Consolidado de 2011 sintetiza as atividades desenvolvidas, apresenta as contas e a análise da situação económico-financeira consolidada do IPL.

Nas atividades desenvolvidas, destaca-se o reforço da qualidade e a abrangência da oferta formativa, com a acreditação pela A3ES (Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior) de ciclos de estudo e com o aumento dos docentes que obtiveram o grau de doutor. O número de estudantes inscritos registou um acréscimo nos CET e 2.º ciclo compensando, em parte, a redução ocorrida no 1.º ciclo em algumas Escolas. A investigação, desenvolvimento e inovação continua a ser uma referência no IPL, desde logo pela criação de uma nova unidade de investigação, mas também pelo número e dimensão de projetos em curso, pelo número de pedidos de registos de patentes e artigos científicos publicados, mantendo-se uma crescente ligação com as atividades formativas e com o tecido empresarial e institucional.

No contexto internacional, aumentou o intercâmbio com docentes e estudantes estrangeiros, assim como o envolvimento do IPL com o mercado global, em particular com o espaço lusófono. Em 2011, o IPL reforçou o acompanhamento do estudante ao longo do seu percurso académico e na transição para a vida ativa, promovendo a oferta de empregos e estágios e estimulando o empreendedorismo; foi, ainda, criado o Fundo de Apoio ao Estudante, constituído a partir de uma percentagem do valor das propinas.

Ao nível das contas o ano de 2011 acentuou, para o IPL, o clima de contenção orçamental a que têm sido sujeitas as instituições de ensino superior nos últimos anos, designadamente com a imposição de cativações nas dotações para despesa, no valor de 242.903€, e o acréscimo das despesas com o pessoal docente, ainda decorrentes da alteração ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico. Também a continuação do apoio ao programa de doutoramentos no IPL, não obstante o não recebimento das verbas PROTEC inscritas no orçamento, no valor de 982.957€, e a redução significativa das verbas do PIDDAC em 585.937€ (dos 750.000€ inscritos no orçamento foram recebidos 164.063€), impuseram dificuldades acrescidas ao nível da tesouraria. O ano de 2011 sobreleva o rigor na utilização criteriosa do financiamento obtido do Orçamento do Estado, inferior em 12,87% em relação ao ano anterior, e os esforços na obtenção de financiamento por via das receitas próprias, conjugados com a contínua política de racionalização e contenção da despesa, por forma a manter a sustentabilidade financeira da instituição.

Com efeito, o resultado líquido de 3,3 M€ associado à quebra de 2,6 M€ de disponibilidades financeiras, ilustram a diminuição dos custos e a estabilidade dos proveitos, estes com menor expressão em termos de cobrança, em virtude das dificuldades das empresas e das famílias. Quanto à estrutura económica, o ativo fixo registou uma diminuição de 3,6% e os resultados líquidos registaram um aumento de cerca de 3,7 M€ em relação ao ano anterior, essencialmente pela diminuição de custos com a suspensão dos subsídios de férias e de Natal e com a redução das remunerações e das aquisições de bens e serviços e pelo aumento de proveitos com projetos. A execução financeira evidencia a redução de 0,4% nos proveitos e de 7,7% nos custos.

É muito importante frisar, para completo esclarecimento da comunidade académica em especial, mas também de todos os restantes stakeholders que, se não tivessem sido implementadas medidas rigorosas de gestão e de cortes nos custos, o IPL teria tido neste exercício uma quebra de tesouraria, com impacto na capacidade de pagar salários, apoiar os estudantes e solver demais compromissos. De facto, os resultados contabilísticos muitas vezes não coincidem com as disponibilidades financeiras, isto é, nem lucro é sinónimo de liquidez, nem prejuízo significa, necessariamente, falta de liquidez. No nosso caso, registaram-se dificuldades acrescidas nos recebimentos, ao nível de várias fontes, pelas dificuldades conjunturais que se conhecem, ao mesmo tempo que, por razões de boa gestão financeira mas também por razões de responsabilidade social, fizemos questão de não ultrapassar os 60 dias nos prazos de pagamento. Daqui resultou que as disponibilidades financeiras do IPL e SAS no final do exercício não tivessem atingido os 100 mil euros.

Em relação às infraestruturas, não obstante a condicionante financeira, foi possível concluir a requalificação da cobertura do edifício A da ESTG e iniciar a execução dos projetos candidatados ao Programa Operacional da Região Centro (Mais Centro), no âmbito do QREN, designadamente os edifícios do CeteMares (Peniche) e do CDRsp (Marinha Grande).

A relevância das atividades desenvolvidas e os resultados apresentados neste relatório devem-se ao profissionalismo e dedicação de todos aqueles que aqui estudam e trabalham, facto que desejo enaltecer. A todos deixo uma palavra de agradecimento e reconhecimento.

Nuno André Oliveira Mangas Pereira

Presidente do IPL

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com as disposições legais em vigor, o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) elaborou o seu **Relatório de Atividades e Gestão Consolidado**, relativo ao ano de 2011.

Este documento de gestão tem como objetivo sintetizar as atividades desenvolvidas e apresentar as demonstrações económico-financeiras consolidadas das entidades constituintes do Grupo IPL, constituído pelo IPL, pelos Serviços de Ação Social (SAS) do IPL e pela Associação Inovação, Desenvolvimento e Ciência (AIDC).

As atividades desenvolvidas enquadram-se nos objetivos delineados no plano de atividades, o qual teve em consideração o Programa do Governo para a área do ensino superior e o Plano Estratégico 2010-2014 do IPL.

Apesar dos constrangimentos provocados pela situação económica e financeira do país, o IPL cumpriu, em 2011, os grandes objetivos a que se tinha proposto inicialmente.

Por forma a dar a conhecer, não só as contas consolidadas das entidades em questão, mas também a atividade desenvolvida ao longo do período em referência, o presente relatório está estruturado em duas grandes partes, como segue:

- Parte 1 (do ponto 1 até ao ponto 6): breve descrição da envolvente económica e do ensino superior a nível nacional, seguida da caracterização das entidades consolidadas, apresentação de alguns indicadores de atividade, enumeração das orientações estratégicas e objetivos para 2011 e um resumo das atividades que marcaram o ano de cada uma das entidades que integram o grupo;
- Parte 2 (ponto 7 e ponto 8): informação e análise económico-financeira da atividade consolidada, incluindo as respetivas demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram objeto de fiscalização e certificação legal.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou a seguinte evolução para os indicadores apresentados.

Portugal – Principais indicadores económicos

Portugal	2010	2011
Produto Interno Bruto (PIB) (taxa variação real)	1,4%	-1,6%
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	1,4%	3,6%
Taxa de Desemprego	10,8%	12,7%
Défice das Administrações Públicas (em % do PIB) *	-9,8%	-4,2%

* valor preliminar

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A Europa está a ultrapassar uma das mais graves crise económica de que há memória. Esta crise soberana levou a que o Estado Português recorresse à ajuda externa no decurso do ano de 2011. Com efeito, Portugal recorreu aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que culminou no *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica* (MECPE) acordado entre o Governo e a denominada ‘troika’ (Banco Central Europeu, FMI e a Comissão Europeia), em maio de 2011, o qual descreve as condições gerais da política económica sobre a concessão de assistência financeira da UE a Portugal.

O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) da ‘troika’ fornece um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento assente em três pilares: consolidação durável das contas públicas, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa.

Este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2011, numa queda de 1,6% do PIB.

ENSINO SUPERIOR

O ano de 2011 decorreu no clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento das instituições de ensino superior nos últimos anos, com a concentração de esforços na utilização criteriosa dos meios financeiros disponibilizados pelo Orçamento do Estado e na obtenção de meios alternativos de financiamento, agregado a uma contínua política de racionalização e contenção da despesa, por forma a permitir um exercício equilibrado.

Em Portugal, e tendo como fonte de dados as estatísticas publicadas pelo ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), o número de inscritos no ensino superior, público e não público, no ano letivo 2009/2010 é de 383.627 e em 2010/2011 totaliza 396.268, correspondendo a um aumento de 3,3%. Por outro lado, em 2008/2009 diplomaram-se 76.567 estudantes e em 2009/2010 um total de 78.609 (aumento de 2,7%).

Uma análise aos resultados da 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES), nos últimos três anos (2009 a 2011), revela que o número de vagas iniciais aumentou, contrariamente ao número de candidatos e colocados, que registaram um decréscimo acentuado no último ano em análise.

De salientar ainda a publicação de vários estudos em 2011 que procuram retratar a qualificação dos portugueses, tomemos como exemplo o relatório dos dados provisórios dos *Censos 2011* do INE ou o *Estado da Educação 2011 - A Qualificação dos Portugueses* do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou o *Education at a Glance 2011* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA



“O Instituto Politécnico de Leiria, adiante designado por IPL, é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”

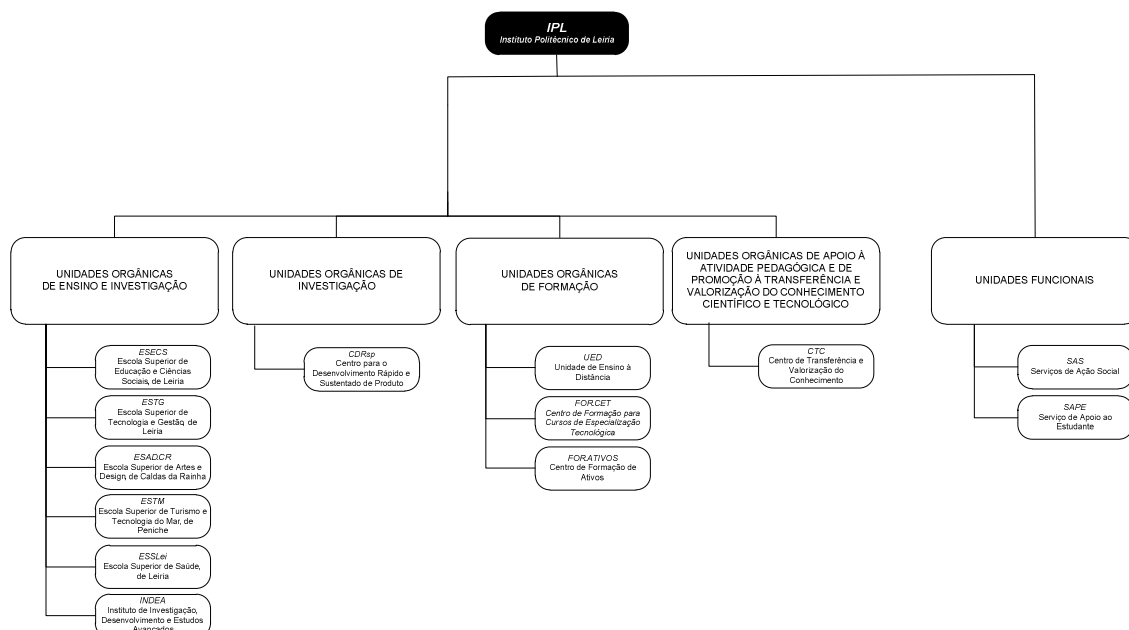
(art.º 1. dos Estatutos do IPL)

Criado em 1980, pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto, caracteriza-se por ser uma *“pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar”* (art.º 3 dos estatutos do IPL).

Iniciou a sua atividade em abril de 1987, integrando a então Escola Superior de Educação de Leiria (ESEL), atual Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Mais tarde foram criadas a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), em Leiria, a Escola Superior de Artes e Design (ESAD.CR), em Caldas da Rainha, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), em Peniche, e integrada a Escola Superior de Saúde (ESSLei).

A estrutura organizacional do IPL assume a distribuição constante na figura abaixo sendo composta por: unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades orgânicas de investigação, unidades orgânicas de formação, unidades orgânicas de apoio à atividade pedagógica e de promoção à transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e unidades funcionais.

Organograma do IPL



É uma instituição que se orgulha de ministrar um ensino de reconhecida qualidade e de dispor uma oferta formativa que abarca praticamente todas as áreas do conhecimento.

Leciona cursos de licenciatura, mestrados, pós-graduação e cursos de especialização tecnológica em múltiplas áreas do conhecimento, em regime presencial, pós-laboral e a distância.

Distinguido pela qualidade da sua organização e estratégia de atuação pela *European University Association* (EUA) no âmbito do *Institutional Evaluation Programme*, todos os cursos são avaliados e acreditados, de acordo com as exigências legais em vigor.

Nos seus cinco *campus*, três em Leiria (*campus* 1, 2 e 5), um em Caldas da Rainha (*campus* 3) e um em Peniche (*campus* 4), os estudantes que o frequentam podem encontrar um conjunto de instalações e equipamentos pedagógicos, científicos e de apoio, modernos e bem equipados, de que se destacam os laboratórios nas diversas áreas científicas da formação e investigação, recursos documentais e bibliográficos, acesso à internet (física ou via *wireless*) e serviços de suporte de excelente qualidade ao nível do apoio social de base.

Através da atividade desenvolvida pelo FOR.CET, dispõe ainda de centros de formação em várias localidades do distrito de Leiria e inclusive para além dos limites geográficos do mesmo.

Artes, educação, ciências sociais, motricidade, mecânica, informática, telecomunicações, economia, gestão, turismo e biologia são algumas das áreas de investigação desenvolvidas no IPL, que conta com treze unidades de investigação. Estas unidades registam a participação em candidaturas a programas de financiamento, estabelecimento de parcerias em redes, acordos de cooperação com unidades de investigação nacionais e internacionais, fomento do intercâmbio de investigadores, prestação de serviços.

O IPL tem apostado também na componente internacional, em particular no espaço da língua portuguesa. São exemplos desta realidade a licenciatura em *Tradução e Interpretação Português-Chinês/Chinês-Português* e o mestrado em *Administração Pública* realizados em cooperação com o Instituto Politécnico de Macau; cursos como o que tem vindo a ser desenvolvido, na área de Marketing, em Moçambique; parcerias com universidades brasileiras que têm incidido sobre a mobilidade de estudantes; ou os cursos de formação de professores realizados em outros países lusófonos, como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola.

Desenvolve ainda atividades de apoio ao desenvolvimento, da cooperação e intercâmbio cultural, científico e técnico da comunidade onde se encontra inserido.

Deste modo, o IPL desempenha um papel decisivo na qualificação dos recursos humanos, em diversas áreas do saber, na sua esfera de competências, bem como no desenvolvimento económico, social, científico e cultural da região de Leiria e Oeste.

Síntese do objecto de cada unidade orgânica que compõe o IPL:

UNIDADES ORGÂNICAS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO



Sedeada em Leiria, foi criada pelo Decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro, tendo iniciado o seu funcionamento a 17 de novembro de 1980. A sua criação antecedeu a do IPL, tendo nele sido integrada aquando da entrada em funcionamento deste (1987).

Na sequência da revisão estatutária foi alterada a sua denominação de Escola Superior de Educação para Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.

Está especialmente vocacionada para as áreas de ensino e formação, desenvolvendo a sua atividade formativa nas áreas das ciências sociais e humanas, comunicação e formação de professores.



Sedeada em Leiria, foi criada pelo Decreto do Governo n.º 46/85, de 22 de novembro. Iniciou a atividade formativa em 20 de abril de 1987, tendo os primeiros cursos entrado em funcionamento em 1989/90.

Reúne uma oferta formativa que contempla cursos nos diferentes ramos da engenharia (automóvel, civil, ambiente, electrotécnica, informática, mecânica), tecnologias da saúde, biomecânica, gestão, contabilidade, administração pública, solicitadoria, marketing, proteção civil, entre outras.



Sedeada nas Caldas da Rainha, foi criada pelo Decreto-lei n.º 45/88, de 14 de dezembro, sob a designação de Escola Superior de Arte e Design, tendo iniciado as suas atividades em 10 de março de 1989. Mais tarde, em 1994, passou a designar-se Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design e, em 2003, Escola Superior de Artes e Design.

Está vocacionada para o ensino das artes e do design, ministrando cursos nos diversos domínios da atividade artística como as artes plásticas, o design, as artes performativas e o multimédia.



Sedeada em Peniche, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 159/91, de 26 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de julho. Iniciou as suas atividades de formação no ano letivo de 1999/2000. Em virtude do seu projeto educativo, a sua denominação inicial, Escola Superior de Tecnologia do Mar, foi alterada para Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

Disponibiliza uma oferta formativa nas áreas do turismo e das ciências e tecnologias do mar, tais como Biologia Marinha e Biotecnologia, Engenharia Alimentar, Gestão Turística e Hoteleira, Gestão do Lazer e Turismo de Negócios, Marketing Turístico, Restauração e Catering.



Sedeada em Leiria, foi criada em 1973 pelo Ministério da Saúde e Assistência, com a designação de Escola de Enfermagem de Leiria, funcionando, a partir de 1990, com dupla tutela, como Escola Superior de Enfermagem não integrada, pela publicação da Portaria n.º 821/89, de 15 de setembro. A partir de 2001, com a publicação do Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de março, foi colocada sob a tutela exclusiva do Ministério da Educação e integrada no IPL. Em 2005, a Escola, até então designada por Escola Superior de Enfermagem é convertida em Escola Superior de Saúde, pela Portaria n.º 207/2005, de 22 de fevereiro.

O seu projeto educativo abrange áreas da saúde como Enfermagem, Fisioterapia, Dietética, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional.



Visa coordenar a atividade de estudos pós-graduados e de investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as demais unidades orgânicas de ensino e investigação. Foi criado em 2006 e iniciou o funcionamento em janeiro de 2007.

UNIDADES ORGÂNICAS DE FORMAÇÃO



Coordena toda a atividade de formação a distância no Instituto. Iniciou a sua atividade no ano letivo de 2006/2007.



Promove a formação no âmbito dos níveis de ensino pós-secundários não superiores, a formação destinada a promover o acesso de adultos ao ensino superior e a articulação da cooperação com outras instituições que ministrem formação pós-secundária não superior. Entrou em funcionamento em janeiro de 2005.

FOR.ATIVOS

Tem por objetivo a promoção da formação de ativos ao longo da vida.

UNIDADES ORGÂNICAS DE INVESTIGAÇÃO



Unidade de investigação do Instituto com o estatuto de unidade orgânica desde janeiro de 2009.

O CDRsp tem desenvolvido atividade na área da Engenharia Mecânica aplicada ao desenvolvimento de projetos tecnológicos de investigação, com vista a um desenvolvimento sustentável e eficiente de produtos, materiais e processos.

UNIDADES ORGÂNICAS DE APOIO À ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DE PROMOÇÃO À TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



É uma unidade orgânica que surge na sequência da implementação e execução de um projeto cofinanciado pelos fundos comunitários ao programa destinado à constituição de um Centro de Valorização (iniciativa OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento) no IPL.

UNIDADES FUNCIONAIS



Tem como objetivo contribuir para assegurar a igualdade de oportunidades de acesso, frequência e êxito escolar aos estudantes que ingressam nas Escolas integradas, proporcionando condições que permitem superar desigualdades económicas e sociais, nomeadamente, a atribuição de bolsas de estudo, o funcionamento de residências, refeitórios e bares, a prestação de serviços médicos, o apoio familiar (creche), apoio à prática de atividades desportivas e culturais.



Tem como finalidade a promoção do sucesso académico e o bem-estar dos estudantes, procurando alcançar os seguintes objetivos: garantir apoio psicológico, psicopedagógico e orientação vocacional; dinamizar atividades de formação; promover o desenvolvimento de competências transversais; facilitar a integração no IPL e na comunidade envolvente. Resulta de um programa mais amplo designado “Trajetos... com Sucesso no IPL”, desenvolvido no âmbito do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010.

2.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL



IPL
serviços de ação social
instituto politécnico
de leiria

“Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) são uma unidade orgânica do IPL dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.”

(art.º 1.º do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do IPL).

“Os Serviços de Ação Social têm por finalidade a execução da política de ação social superiormente definida, de modo a proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo, através de apoios e serviços.”

(n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do IPL).

Nos termos da legislação vigente, a Ação Social concede apoios sociais diretos (bolsas de estudo e auxílios de emergência) e indiretos (destacando-se, entre outros, o acesso à alimentação, ao alojamento, a serviços de saúde, a diversos apoios educativos e o apoio a atividades desportivas e culturais).

Podem ainda ser concedidos apoios a estudantes com necessidades especiais.

2.3. ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA



ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA

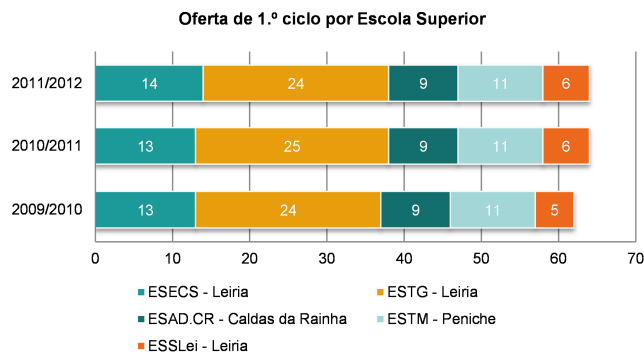
Sedeada em Leiria, a AIDC foi constituída a 09 de junho de 2004.

É uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege por estatutos próprios, pela Lei e por regulamentos internos aprovados pelos seus corpos sociais.

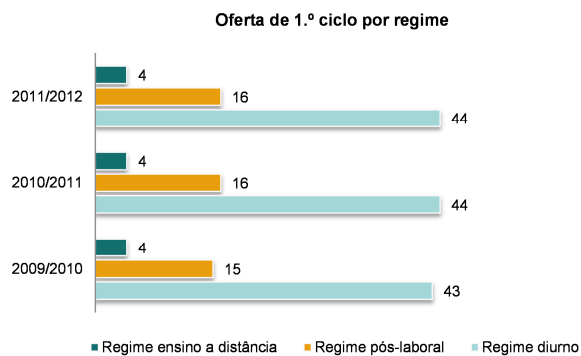
Visa a promoção de atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, no domínio das ciências humanas, sociais, exatas, naturais e das tecnologias especializadas.

3. IPL EM NÚMEROS

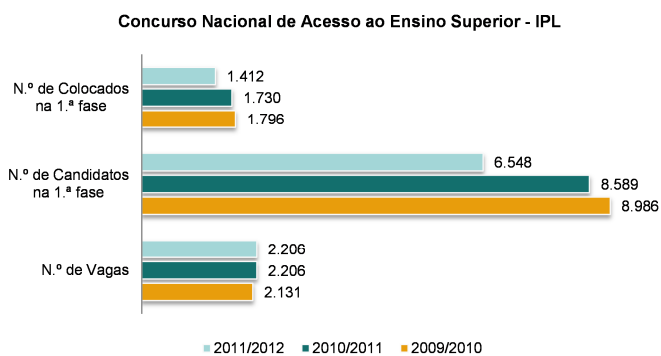
ENSINO



Nos três anos em análise, o IPL tem vindo a estabilizar a oferta formativa de 1.º ciclo no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior público – 62 cursos em 2009, 64 em 2010 e 64 em 2011 – conforme detalhe no gráfico à esquerda.



O IPL disponibiliza uma oferta de 1.º ciclo em regime presencial (diurno e pós-laboral) e a distância. De realçar o peso relativo do número de licenciaturas oferecidas em regime pós-laboral face ao total, em todos os anos considerados.



Traduzindo a oferta de 1.º ciclo do IPL acima referida em número de vagas abertas para o Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior público, é possível observar que este tem vindo a estabilizar, na sequência da não oferta de novos cursos referida anteriormente.

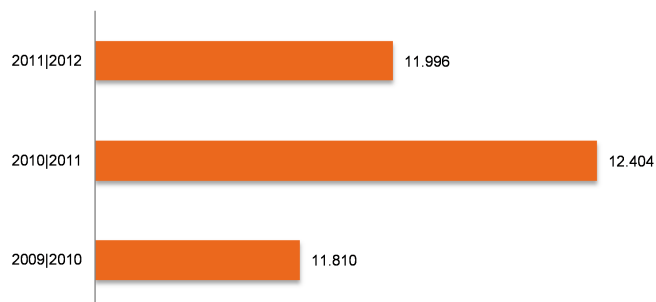
Em termos de número de candidatos e colocados, na 1.ª fase do Concurso, têm vindo a diminuir ao longo dos anos em análise.

No ano de 2011, na 1.ª fase, os cursos do IPL foram procurados por 6.548 candidatos. De 2.206 vagas disponíveis, foram colocados 1.412 estudantes, o que garantiu uma taxa de ocupação das vagas de 64,0% (78,4% no ano de 2010 e 84,3% em 2009). Relativamente ao índice de procura (relaciona vagas e candidatos), e considerando apenas a 1.ª fase, assume os seguintes valores: 2,97 em 2011, 3,89 em 2010 e 4,22 em 2009.

Em relação ao número de estudantes inscritos, o gráfico subsequente demonstra a sua evolução nos últimos três anos letivos.

N.º estudantes inscritos no IPL

O número total de estudantes inscritos nos diferentes ciclos de ensino do IPL registou a evolução constante do gráfico ao lado nos últimos três anos letivos.



Por tipo de oferta formativa, os totais apresentados subdividem-se do seguinte modo:

	2009 2010	2010 2011	2011 2012
Formação Inicial	8.960	9.141	8.724
ESECS - Leiria	1.762	1.745	1.638
Regime diurno	1.242	1.135	1.073
Regime pós-laboral	476	536	471
Regime ensino a distância	44	74	94
ESTG - Leiria	4.262	4.292	3.923
Regime diurno	2.794	2.717	2.537
Regime pós-laboral	1.409	1.478	1.303
Regime ensino a distância	59	97	83
ESAD.CR - Caldas da Rainha	1.116	1.165	1.162
Regime diurno	995	998	972
Regime pós-laboral	121	167	190
Regime ensino a distância	---	---	---
ESTM - Peniche	1.202	1.194	1.120
Regime diurno	968	961	919
Regime pós-laboral	207	192	164
Regime ensino a distância	27	41	37
ESSLei - Leiria	618	745	881
Regime diurno	618	745	881
Regime pós-laboral	---	---	---
Regime ensino a distância	---	---	---
Complemento de Formação	0	0	0
Mestrados Próprios	561	1.068	1.073
1.º ano	457	718	560
2.º ano	104	350	513
Formação pós-graduada não conferente de grau (*)	488	527	427
Cursos de Especialização Tecnológica	1.486	1.361	1.509
Ano Preparatório - Acesso	---	---	---
Ano Preparatório - M23	315	307	263
TOTAL	11.810	12.404	11.996

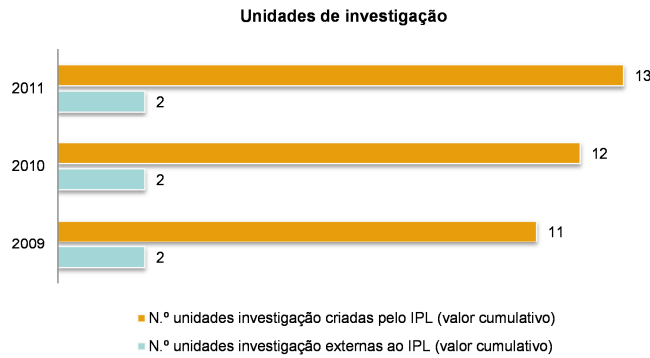
(*) Inclui pós-graduação e pós-licenciatura.

Notas:

1) Dados referentes a 31 de Dezembro, na sua maioria utilizando como fonte o ex-GPEARL do ex-MCTES. A formação pós-graduada não conferente de grau refere-se a dados de estudantes inscritos no decorrer do ano civil.

2) De notar que a este total acresce ainda os estudantes de mestrados em parceria com universidades/institutos, formação contínua, Programa IPL 60+ (formação sénior), bem como os adultos acompanhados pelo CNO – Centro Novas Oportunidades do IPL.

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

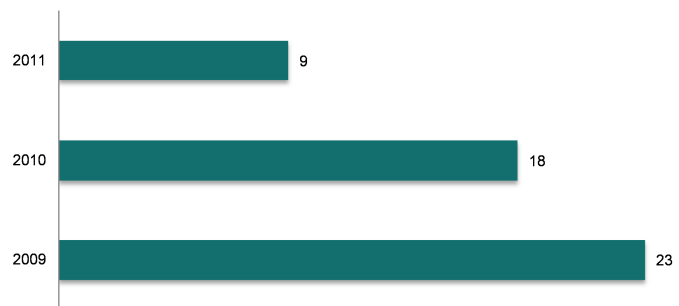


Desde o ano de 2009 que o IPL tem vindo a criar uma unidade de investigação por ano, o que perfaz um total de 13 unidades de investigação no final do ano 2011, em diferentes áreas do saber.

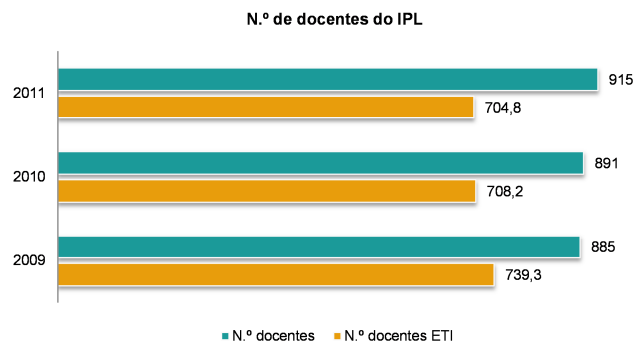
Para além disso, acolhe as delegações de Leiria de duas unidades de investigação nacionais de reconhecido prestígio.

Relativamente ao pedido de patentes via nacional, regista-se algum dinamismo nos últimos três anos, sendo de destacar que, no ano de 2010, o IPL foi o estabelecimento de ensino superior que apresentou um maior número de pedidos de patentes junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

N.º pedidos de patentes - via nacional



RECURSOS HUMANOS



Nota: Dados referentes a 31 de Dezembro.

Conforme gráficos acima, a evolução do corpo docente do IPL desde o ano de 2009 sofreu um ligeiro aumento, ao passo que o corpo não docente manteve-se praticamente inalterado durante este período.

A qualificação do corpo docente e não docente é uma preocupação do IPL, sendo incentivada a sua participação em programas de formação e em outras ações de âmbito nacional e internacional.

Em 2011, o número de docentes com o grau de doutor no Instituto é de 265 e no ano anterior era de 228.

4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 2010-2014

INFORMAÇÃO CONSTANTE DO PLANO ESTRATÉGICO 2010-2014 DO IPL

MISSÃO

Missão

O IPL é uma instituição pública de ensino superior comprometida com a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem ao longo da vida, a investigação, a difusão e transferência do conhecimento e cultura, a qualidade e a inovação.

Promove ativamente o desenvolvimento regional e nacional e a internacionalização.

Valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor.

in Plano Estratégico 2010-2014 do IPL

EIXOS E OBJETIVOS 2010-2014

No Plano Estratégico 2010-2014, o IPL definiu 7 eixos estratégicos, os quais se subdividem em objetivos estratégicos e estes, por sua vez, em objetivos operativos.

Eixo / Objetivo estratégico	Objetivo operativo
EIXO 1. Formação	
1.1. Dinamizar e consolidar a oferta formativa	1.1.1. Melhorar a articulação da formação pós-secundária, graduada, pós-graduada e ao longo da vida 1.1.2. Interligar a formação com as necessidades do tecido institucional e empresarial da região 1.1.3. Aumentar a oferta de formação ao longo da vida
1.2. Dispor de um sistema de reconhecimento e validação de competências	1.2.1. Implementar um sistema de reconhecimento e validação de competências
EIXO 2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	
2.1. Investigação e Desenvolvimento – Aumentar o volume, pertinência e a qualidade das atividades de Investigação e Desenvolvimento nos diversos domínios do Instituto	2.1.1. Valorizar e avaliar a investigação no IPL 2.1.2. Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais
2.2. Transferência de conhecimento e tecnologia – Colocar o Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional	2.2.1. Incrementar o papel de observatório de estratégias de desenvolvimento regional 2.2.2. Promover a prestação de serviços externos, a criação de empresas e transferência do conhecimento
EIXO 3. Internacionalização	
3.1. Mobilidade Internacional – Aumentar e diversificar a mobilidade internacional	3.1.1. Incrementar as atividades do IPL através da mobilidade 3.1.2. Incrementar o número de parcerias e a participação do IPL em redes internacionais
3.2. Cooperação – Reforçar e ampliar as atividades de cooperação	3.2.1. Alargar o âmbito geográfico e temático da cooperação 3.2.2. Diversificar as fontes de financiamento
EIXO 4. Pessoal Docente e Não Docente	
4.1. Qualificação e formação do pessoal – Dispor de pessoal qualificado e profissionalmente competente	4.1.1. Melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes

Eixo / Objetivo estratégico		Objetivo operativo
	4.1.2.	Melhorar a formação e as competências profissionais do pessoal não docente
4.2. Meios, condições, motivação e reconhecimento no trabalho – Melhorar os meios e condições de trabalho e promover o reconhecimento das pessoas	4.2.1.	Optimizar os meios e condições de trabalho
	4.2.2.	Melhorar o clima social e os mecanismos de avaliação do pessoal
4.3. Envolvimento institucional – Conseguir um maior envolvimento e participação do pessoal	4.3.1.	Apoiar atividades sociais e culturais desenvolvidas pelos colaboradores
	4.3.2.	Melhorar a comunicação interna, a polivalência funcional e a troca de experiências

EIXO 5. Estudantes

5.1. Desenvolvimento integral – Promover e acompanhar a sua formação integral como cidadãos e a sua inserção na vida activa	5.1.1.	Desenvolver competências pessoais, interpessoais e de cidadania
	5.1.2.	Estimular a participação cívica, cultural, artística, desportiva, científica e social
	5.1.3.	Preparar e acompanhar o estudante ao longo do percurso académico e na transição para a vida activa
5.2. Promoção da igualdade de oportunidades – Melhorar condições de acompanhamento e serviços prestados	5.2.1.	Melhorar as condições de acesso, de inclusão e de permanência

EIXO 6. Valorização e Desenvolvimento Regional

6.1. Valorização da identidade regional – Reforçar o papel do IPL como factor de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais	6.1.1.	Intensificar o relacionamento com entidades e instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, por forma a favorecer a afirmação da região no contexto nacional
	6.1.2.	Promover a coesão das identidades regionais na zona de implantação do IPL
6.2. Dinamização científica, técnica, artística, cultural e social – Envolver o IPL com a comunidade na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes	6.2.1.	Divulgar à comunidade as diferentes áreas da ciência, da cultura e das artes
	6.2.2.	Promover e apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados, eventos e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da região

EIXO 7. Organização e Gestão

7.1. Recursos – Incrementar os recursos disponíveis utilizando-os em cada momento de forma eficaz, sustentada e eficiente	7.1.1.	Diminuir os custos de operação do IPL
	7.1.2.	Diversificar as fontes de financiamento e incrementar os recursos disponibilizados à comunidade académica
7.2. Informação, imagem e comunicação – Melhorar os conteúdos e a eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa	7.2.1.	Melhorar a eficácia dos fluxos de informação
	7.2.2.	Aumentar os conteúdos disponíveis e melhorar a sua qualidade
7.3. Qualidade e participação – Incorporar um modelo de gestão, certificável, baseado na qualidade, que facilite o envolvimento das pessoas	7.3.1.	Dispor de um sistema interno de qualidade orientado para a melhoria contínua, obtendo a certificação e acreditação em âmbitos seleccionados
	7.3.2.	Aumentar os níveis de responsabilidade e capacidade de intervenção directa das chefias intermédias nos serviços e unidades orgânicas

Fonte: Plano Estratégico 2010-2014 do IPL.

5. OBJETIVOS | 2011

INFORMAÇÃO CONSTANTE DO PLANO DE ATIVIDADES 2011 DO IPL

O plano de atividades para 2011 define as atividades estruturantes da vida do IPL, em harmonia com os princípios inscritos no Programa do Governo para a área do Ensino Superior, nomeadamente no *Contrato de Confiança*, e no Plano Estratégico 2010-2014 do IPL. Assim, para o ano de 2011, o IPL assumiu os seguintes objetivos:

Eixo / Objectivo estratégico	Objectivo operativo
EIXO 1. Formação	
1.1. Dinamizar e consolidar a oferta formativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a oferta e estimular a procura de formação pós-secundária. • Aumentar a oferta de formação conferente de grau. • Interligar a formação com as necessidades do tecido institucional e empresarial da região. • Aumentar a oferta de formação ao longo da vida.
1.2. Dispor de um sistema de reconhecimento e validação de competências.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver práticas de reconhecimento e validação de competências.
EIXO 2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	
2.1. Aumentar o volume, pertinência e a qualidade das atividades de I&D nos diversos domínios do Instituto.	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e avaliar a investigação no IPL. • Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais.
2.2. Colocar o Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional.	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar o papel de observatório de estratégias de desenvolvimento regional. • Promover a prestação de serviços externos, a criação de empresas e transferência do conhecimento.
EIXO 3. Internacionalização	
3.1. Aumentar e diversificar a mobilidade internacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar as atividades do IPL através da mobilidade. • Incrementar o número de parcerias e a participação do IPL em redes internacionais.
3.2. Reforçar e ampliar as atividades de cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> • Alargar o âmbito geográfico e temático da cooperação. • Diversificar as fontes de financiamento.
EIXO 4. Pessoal Docente e Não Docente	
4.1. Dispor de pessoal qualificado e profissionalmente competente.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes. • Melhorar a formação e as competências profissionais do pessoal não docente.
4.2. Conseguir um maior envolvimento e participação do pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação interna, a polivalência funcional e a troca de experiências.
EIXO 5. Estudantes	
5.1. Promover e acompanhar a sua formação integral como cidadãos e a sua inserção na vida ativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver competências pessoais, interpessoais e de cidadania. • Preparar e acompanhar o estudante ao longo do percurso académico e na transição para a vida ativa.
5.2. Melhorar as condições de acompanhamento e serviços prestados.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de acesso, de inclusão e de permanência.
EIXO 6. Valorização e Desenvolvimento Regional	
6.1. Reforçar o papel do IPL como factor de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar o relacionamento com entidades e instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, por forma a favorecer a afirmação da região no contexto nacional. • Promover a coesão das identidades regionais na zona de implantação do IPL.

Eixo / Objectivo estratégico	Objectivo operativo
6.2. Envolver o IPL com a comunidade na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar à comunidade as diferentes áreas da ciência, da cultura e das artes. • Promover e apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados, eventos e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da região.
EIXO 7. Organização e Gestão	
7.1. Incrementar os recursos disponíveis utilizando-os em cada momento de forma eficaz, sustentada e eficiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir os custos de operação do IPL. • Diversificar as fontes de financiamento e incrementar os recursos disponibilizados à comunidade académica.
7.2. Melhorar os conteúdos e os fluxos de informação e comunicação interna e externa.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficácia dos fluxos de informação. • Aumentar os conteúdos disponíveis e melhorar a sua qualidade.
7.3. Incorporar um modelo de gestão certificável, baseado na qualidade, que facilite o envolvimento das pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> • Dispor de um sistema interno de qualidade orientado para a melhoria contínua, obtendo a certificação e acreditação em âmbitos seleccionados.

Fonte: Plano Atividades 2011 do IPL.

As ações traçadas para alcançar os objetivos delineados constam do referido plano de atividades.

6. ATIVIDADE DO GRUPO | 2011

INFORMAÇÃO CONSTANTE DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES 2011

6.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Atividades | 2011

Das atividades desenvolvidas ao longo do ano económico de 2011 elencam-se as mais relevantes, em conformidade com os 7 eixos estratégicos que nortearam a formulação dos objetivos operacionais e a definição de atividades a desenvolver.

EIXO 1 | Formação

As iniciativas a promover pelo IPL no domínio da formação visam a dinamização e a consolidação da oferta formativa, nomeadamente com o aumento da oferta de formação pós-graduada e ao longo da vida, e a implementação de um sistema de reconhecimento e validação de competências.

No âmbito do 1.º ciclo, em 2011 é de salientar a entrada em funcionamento de *Relações Humanas e Comunicação Organizacional* em regime a distância, a alteração de denominação do curso de *Energia e Ambiente* para *Engenharia da Energia e do Ambiente*, o reconhecimento de *Engenharia Alimentar* pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, bem como a submissão de duas novas licenciaturas, *Engenharia e Gestão Industrial* e *Gestão de Eventos*, à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para acreditação prévia.

Ao nível do 2.º ciclo, o IPL envolveu-se num esforço de incremento da oferta deste tipo de formação, submetendo 9 novos cursos à A3ES para acreditação prévia, dois dos quais em associação com outras instituições (universidade do Porto e Universidade de Praga), e viu acreditados 6 dos cursos submetidos no ano anterior.

Foram, ainda, conhecidos os resultados dos pedidos de acreditação preliminar submetidos à A3ES em 2009/2010, relativos aos 75 ciclos de estudos em funcionamento, e teve início o processo de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento pois, com referência ao ano letivo 2011/2012, serão submetidos a avaliação 24 ciclos de estudos (15 licenciaturas e 9 mestrados).

O plano de atividades indicava a eventual possibilidade de estabelecimento de parcerias visando a participação em programas doutorais, em cooperação com universidades conferentes do grau. Em 2011 verificaram-se alguns contactos, perspetivando-se a sua concretização no ano de 2012.

A oferta de pós-graduações não conferentes de grau foi alargada com quatro novos cursos. O ano de 2011 marca o início da Formação de Executivos, sob o lema “*O poder das pessoas*”, a qual se propõe desenvolver programas de formação avançada de elevado carácter prático, científico e tecnológico no âmbito industrial, dos serviços, das artes e da saúde. Trata-se de uma ação não prevista em plano de atividades.

Relativamente à oferta formativa de CET, foi registado um novo CET (*Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação*). O registo dos 4 CET previstos no plano para 2011 ainda ocorreu em 2010. Em novembro teve início vários cursos em diferentes locais, formalizou-se uma nova parceria com a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (Caldas da Rainha), concretizando assim os objetivos propostos. Quanto à preparação de um curso em regime de *e-learning* e de uma nova proposta de oferta formativa, ambos foram transferidos para o próximo ano. Em termos de atividades não planeadas, é de realçar a realização da conferência internacional intitulada “*Ensino Superior de Curta Duração: Os CET e o Futuro*”, em junho, com o objetivo de analisar e debater a experiência portuguesa nesta área e as perspetivas de evolução.

No domínio do ensino a distância, no ano de 2011 é de salientar a promoção de cursos de formação na modalidade *online* e a manutenção da plataforma de *e-learning* de apoio à área didático-pedagógica do Instituto atualizada. Por outro lado, a UED esteve envolvida em projetos de desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas, tais como: implementação e disponibilização dos questionários pedagógicos *online*, dinamização do canal iTunesU, implementação e dinamização da plataforma sites.ipleiria.pt, desenvolvimento de portais. As ações não executadas, relativas ao II Encontro UED ou ao *Open Day* da UED, foram transferidas para o ano de 2012.

No decorrer do ano de 2011, concluiu-se a 4.ª edição do curso preparatório para as Provas M23, e teve início a 5.ª edição (em outubro de 2011, com términos previsto para março de 2012), concretizando-se o previsto no plano de atividades.

O IPL disponibiliza também, como complemento de formação específica, a profissionais qualificados e à população em geral, a frequência de disciplinas isoladas e outras oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, visando satisfazer necessidades formativas pontuais.

Ao nível de formação ao longo da vida, é de destacar a execução do plano formativo aprovado em sede de candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), envolvendo cerca de 350 formandos e um volume total de 6.310 horas, bem como a realização de inúmeras ações formativas sobre diferentes temáticas promovidas pelas Escolas Superiores. Quanto ao FOR.ATIVOS, em 2011 não foi considerado pertinente a sua criação, não se cumprindo o delineado no plano de atividades.

Por motivos relacionados com a diminuição do número de interessados, pelo excesso de oferta e por razões financeiras, encerrou-se o Centro Novas Oportunidades (CNO), com efeitos a 31 de dezembro de 2011, não sem que antes se tivesse realizado a conferência internacional “*Centros Novas Oportunidades: Passaporte para*

o futuro". Esta decisão condicionou os objetivos constantes do plano de atividades, embora se tenham assegurado todas as medidas necessárias a garantir a conclusão da formação de todos os adultos a frequentar o centro ou a sua transferência para outros centros, sem interrupção ou prejuízo.

Por último, refira-se que o Programa IPL60+ mantém a tendência de crescimento, quer do ponto de vista da procura e do número de alunos inscritos, quer do ponto de vista da quantidade de atividades realizadas.

EIXO 2 | Investigação, desenvolvimento e inovação

A prossecução de objetivos no domínio da investigação, desenvolvimento e inovação nos diversos domínios do IPL, assenta no aumento do volume, pertinência e qualidade das atividades de I&D+i e na interação do IPL como parceiro preferencial, no âmbito regional, ao nível da transferência de conhecimento e tecnologia.

O IPL tem uma atividade muito relevante nos domínios da investigação e da transferência de conhecimento, realidade decorrente, em grande medida, do incremento significativo do número de docentes com o grau de doutor, da criação de unidades de investigação e de um conjunto de infraestruturas adequadas (laboratoriais, informáticas e bibliográficas).

Em março de 2011 foi criada uma nova unidade de investigação: *Inclusão e Acessibilidade em Ação* (iACT), que se veio juntar a 12 já existentes, uma das quais, o *CDRsp – Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto*, possui o estatuto de unidade orgânica, estando as restantes 12 unidades integradas no INDEA. Existem ainda duas delegações de unidades de investigação nacionais, no domínio da Informática e Telecomunicações.

As unidades de investigação têm uma atividade muito expressiva e uma forte ligação à comunidade como resultado de uma orientação privilegiada para parcerias com empresas, instituições e outras unidades de investigação de âmbito regional, nacional e internacional, fomentando a participação em projetos conjuntos e o intercâmbio de investigadores, estabelecendo ligações a redes de investigação, integrando investigadores externos, e efetuando candidaturas a programas/medidas de financiamento da responsabilidade de agências nacionais ou internacionais.

O Instituto procurou ativamente oportunidades de candidatura a programas de financiamento de atividades de I&D, nacionais e internacionais, tendo o Gabinete de Projetos do IPL, no ano de 2011, submetido/apoiado 91 candidaturas. Acrescem a estes dados a multiplicidade de projetos de I&D desenvolvidos pelas unidades orgânicas de ensino e investigação (Escolas Superiores) do IPL, no âmbito das respetivas áreas científicas específicas.

Por outro lado, é de assinalar as atividades desenvolvidas pelo CTC, estrutura de interface interna e com o exterior, no âmbito da gestão dos processos de transferência de tecnologia e conhecimento do Instituto, gestão da propriedade intelectual, promoção do empreendedorismo, mediante diversas ações de divulgação,

formação e acompanhamento de projetos/ideias de negócio/planos de negócio (*coaching*), cujas ações previstas foram executadas ou parcialmente executadas, não havendo desvios significativos a assinalar.

O dinamismo da investigação e inovação do Instituto é visível no número de pedidos de registos de patentes, design/modelo e marcas, totalizando 31 no ano de 2011, ultrapassando a meta estabelecida no plano de atividades.

Em construção encontra-se o regulamento interno potenciador das atividades de investigação, transferência de tecnologia e prestação de serviços, outra das iniciativas previstas.

De salientar que o Instituto é, também, um dos associados fundadores da Incubadora D. Dinis (IDD) e é associado da Associação Oportunidades Específicas de Negócio (OPEN) e da Associação Óbidos Ciência e Tecnologia (OBITEC). Estas associações têm por objetivo apoiar e acolher novos projetos empresariais.

De referir também a realização do 1.º Encontro da Comunidade Científica do IPL, intitulado *Ciência e Tecnologia 2011*, realizando o delineado no plano, no sentido de se construir um importante fórum de reflexão e, ao mesmo tempo, criar a oportunidade de se apresentar o trabalho de investigação que tem sido internamente desenvolvido.

Uma das atividades realizadas e não previstas, que importa reter, foi a simplificação dos procedimentos de atribuição de bolsas de investigação, nomeadamente através da atualização do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do IPL.

Em termos gerais, as atividades definidas no plano de atividades para o Eixo 2 foram executadas, pelo que o balanço é positivo.

EIXO 3 | Internacionalização

A internacionalização é outra das áreas consideradas estratégicas, apostando-se no reforço e diversificação da mobilidade internacional, na promoção de graus conjuntos ou em associação, e na ampliação das atividades de cooperação nomeadamente com os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

O IPL apresenta um elevado nível de internacionalização em vários domínios, nomeadamente na mobilidade de estudantes; em 2010/2011, o IPL recebeu 188 estudantes (185 para realização de período de estudos e 3 para realização de estágios) provenientes de instituições de ensino superior europeias e enviou 150 estudantes portugueses (123 para período de estudos e 27 para estágios), ao abrigo do programa Erasmus.

Com vista a incrementar a componente internacional no IPL, e tal como o proposto no plano de atividades, foram desenvolvidos em 2011 diversas iniciativas entre as quais se ressalta: a participação em eventos internacionais (Espanha e Grécia), os cursos de língua e cultura portuguesa dirigidos a estudantes

internacionais (EILC – *Erasmus Intensive Language Courses*; cursos de língua portuguesa semestrais – *Erasmus Language Courses*; curso de verão para estudantes chineses); 5 reuniões preparatórias para estudantes *outgoing*, 2 *welcome sessions* para estudantes *incoming*, 2 edições do dia do estudante internacional, 5 reuniões de esclarecimento sobre o programa Erasmus, a concessão de material de divulgação, contactos com outras instituições de ensino superior internacionais tendo em vista a celebração de novas parcerias, bem como outras iniciativas promovidas pelas diferentes escolas.

Houve ainda lugar à mobilidade internacional de docentes e não docentes ao abrigo do programa Erasmus, traduzido em 10 bolsas para missões de ensino, 6 bolsas para missões de formação de pessoal docente e 7 bolsas para missões de formação de pessoal não docente.

Em 2011, o IPL assinou 17 acordos/protocolos com instituições da Alemanha, Brasil, Espanha, França, Macau, Nova Zelândia, República Checa, República Popular da China e Roménia. Para além da celebração de acordos, o IPL promove a visita de delegações a instituições de ensino superior estrangeiras e recebe visitantes dessas instituições.

O IPL é membro fundador do consórcio Erasmus Centro, primeiro consórcio Erasmus regional criado em Portugal que abrange os Politécnicos do centro de Portugal - Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A par das atividades genéricas de internacionalização, o IPL tem apostado na cooperação com países de Língua Oficial Portuguesa, nos domínios da investigação e da formação de recursos humanos, com atividades em curso em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Brasil, e com a Região Administrativa Especial de Macau, este último relativo, sobretudo, à licenciatura em *Tradução e Interpretação Português/Chinês – Chinês/Português*.

Por último, de referir que constituem objetivos do IPL incrementar programas internacionais de investigação, coordenados por docentes do Instituto ou através da integração destes noutras equipas e participar em projetos académicos e de desenvolvimento económico, social e cultural, promovidos no âmbito de instituições e organizações internacionais, realizados no quadro de parcerias alargadas.

Neste contexto, em 2011, o Instituto apresentou candidaturas a vários programas internacionais de financiamento de projetos, a saber: Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida; 7.º Programa Quadro de I&D da Comissão Europeia; Erasmus Mundus; COST – Cooperação Europeia no Domínio da Investigação Científica e Técnica, Non States Actors and Local Authorities in Development, Programa de Cooperação Transnacional INTERREG IVC, Alfa III, Pilot Projects for the Development of Knowledge Partnerships, Programa Cultura 2007-2013 e programas nacionais de outros países europeus (Itália, Polónia). Em 2011, o Instituto esteve envolvido em projetos aprovados no âmbito dos seguintes programas internacionais: 7.º Programa Quadro (Programa Cooperação e Programa Pessoas – Ações Marie Curie), Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (Subprogramas Erasmus, Grundtvig e Leonardo da Vinci), Programa Cultura, Acordos

Transacionais (Programa Luso-Britânico de Investigação Conjunta, Acordo Portugal – Argentina), ou 6.º Programa Quadro de I&D.

No que respeita às estratégias a prosseguir no âmbito do Eixo 3, não há, portanto, desvios significativos a registar face ao previsto no plano de atividades 2011.

EIXO 4 | Pessoal docente e não docente

Ao nível do eixo pessoal docente e não docente, o IPL assume um conjunto de iniciativas tendentes a melhorar a qualificação, formação e envolvimento dos recursos humanos, o que inclui a qualificação do corpo docente, a formação do pessoal não docente e a promoção do reconhecimento das pessoas e do seu envolvimento institucional.

O número de docentes com o grau de doutor tem vindo a aumentar, facto de primordial importância para a consolidação do IPL. No ano de 2010 o IPL tinha 228 docentes (216,4 ETI) com o grau de doutor e em 2011 esse valor subiu para 265 (255,3 ETI), dados referenciados a 31 de dezembro.

Com o apoio da UED e do SAPE realizaram-se formações para docentes, nomeadamente nas áreas da pedagogia, metodologias de ensino e aprendizagem e utilização de plataformas de *e-learning*. Foi ainda incentivada a participação noutras ações de âmbito nacional e internacional.

Por outro lado, ao nível do pessoal não docente, o IPL apostou num plano de formação estruturado, com base nos objetivos delineados no respetivo ano, e de acordo com as necessidades identificadas no diagnóstico de necessidade de formação, efetuado junto de todas as unidades orgânicas e serviços. Neste âmbito, privilegiou-se a formação interna candidatada ao POPH/QREN (referida no ponto I.1. do presente relatório) e a formação na modalidade a distância, a fim de potenciar os recursos existentes, garantindo a mesma qualidade com evidentes ganhos, quer em resultados físicos, quer financeiros.

De modo a contribuir para a concretização dos objetivos deste eixo foram ainda desenvolvidas atividades de carácter motivacional dos trabalhadores, elaborado o manual de acolhimento para o pessoal não docente (cujas alterações legais entretanto ocorridas obrigam a uma adaptação do mesmo), reformulados/adaptados e criados novos formulários de recursos humanos e atualizado o manual de procedimentos da Direção de Serviços de Recursos Humanos, de acordo com as alterações legais operadas e definidos parâmetros para desenvolver a aplicação para informatização do SIADAP.

De um modo geral, pode-se afirmar que nenhuma ação ficou por executar face ao planeado para 2011.

EIXO 5 | Estudantes

Relativamente aos estudantes, o Instituto empenha-se no reforço do acompanhamento ao longo do seu percurso académico e na sua inserção na vida ativa, na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento de ações para a sua formação integral como cidadãos.

O SAPE tem um papel muito importante no cumprimento de parte destes objetivos. Durante o ano letivo de 2010/2011, promoveu e desenvolveu as suas atividades em 4 eixos principais: apoio psicopedagógico, orientação e acompanhamento pessoal e social, apoio psicológico e orientação vocacional, e outras atividades.

No que se refere ao apoio psicopedagógico foram promovidos dois Programas de Formação de Competências Transversais em todos os *campi* do IPL, *Gestão do tempo e do estudo* e *Técnicas de procura de emprego e elaboração de CV's*, com um total de 189 estudantes certificados. Foram ainda desenvolvidos outros seminários/workshops, alguns dos quais enquadrados em unidades curriculares de vários cursos do IPL. Também no âmbito do apoio psicopedagógico, e em articulação com docentes e coordenadores de curso, foram operacionalizados alguns *Planos de Recuperação e Intervenção para Estudantes em Risco de Abandono Escolar e Trabalhadores-Estudantes*, bem como *Planos de Intervenção para Estudantes com Necessidades Educativas Especiais*.

No contexto da orientação e acompanhamento pessoal e social, o SAPE promoveu atividades no âmbito do acolhimento do aluno recém-chegado ao IPL facilitadoras da sua integração e adaptação à instituição e à cidade, a sua orientação e o seu acompanhamento.

No que diz respeito ao eixo do apoio psicológico e orientação vocacional, os psicólogos do SAPE desenvolveram, durante todo o ano letivo e em todos os *campi* do IPL, atividades de atendimento psicológico/acompanhamento e encaminhamento dos estudantes, abrangendo cerca de 184 estudantes, num total de 776 atendimentos.

No sentido de se aproximar ainda mais dos estudantes, o SAPE continuou a dinamizar um espaço na Rádio IPLAY, manteve a divulgação da sua *Newsletter*, continuou com a participação no *Facebook*.

Em paralelo, o IPL desenvolveu iniciativas no sentido de promover a inserção na vida ativa dos seus diplomados. A empregabilidade pode ser dinamizada de várias formas, internamente no Instituto, quer fora dele, através de medidas de procura de emprego e procura de estágios, ações sobre empreendedorismo (o CTC tem um papel muito dinâmico neste campo). No IPL, todas estas atividades são dinamizadas em articulação pela Bolsa de Emprego, SAPE, CTC e Gabinetes de Saídas Profissionais das Escolas.

No âmbito da Bolsa de Emprego, no ano de 2011 foram realizadas, nos diferentes *campi* do IPL, 6 sessões sobre a empregabilidade, onde foram convidados: o SAPE (apresentação com sugestões de como preparar uma carta de apresentação, um currículo, uma entrevista de seleção), o IEF – Instituto de emprego e Formação Profissional (apresentação dos tipos de estágios existentes e como se pode concorrer), o EURES – Portal

Europeu de Mobilidade (apresentação do portal e das ofertas de emprego existentes, como utilizar o serviço, o que deve saber sobre viver e trabalhar no estrangeiro), ex-estudantes do IPL (relato sobre a sua experiência no contato com o mundo profissional), várias empresas. Externamente, a Bolsa de Emprego esteve presente em várias feiras de emprego a nível nacional, tentando desta forma ter visibilidade, e em ações nacionais de dinamização da empregabilidade. No ano de 2011 registaram-se na Bolsa de Emprego 1.100 novos estudantes, 185 novas empresas e foram colocadas 323 propostas de emprego.

No decorrer do ano foram também promovidas inúmeras ações de apoio ao empreendedorismo, tais como divulgações, concursos de ideias e planos de negócio e ações de formação/seminários/workshops, essencialmente através do CTC.

No âmbito dos cursos de formação inicial foram ainda desenvolvidas ações que visam aproximar os estudantes do mercado de trabalho, a que acrescem as dezenas de protocolos estabelecidos no âmbito dos estágios curriculares.

Quanto à empregabilidade dos seus diplomados, o IPL analisa periodicamente o relatório disponibilizado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (ex-GPEAR), e publicita a análise ao nível de cada curso na sua página *web*.

O ano de 2011 ficou também marcado pela criação de um Fundo de Apoio ao Estudante, constituído a partir de uma percentagem do valor das propinas, o qual pretende contribuir para que nenhum estudante deixe o IPL por motivos de ordem socioeconómica.

Em fase de criação encontra-se a rede de antigos estudantes do IPL, que se perspetiva estar em plena ação em 2012.

EIXO 6 | Valorização e desenvolvimento regional

O eixo dedicado à valorização e desenvolvimento regional justifica-se pela intensificação do papel do IPL como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais e pelo maior envolvimento do IPL com a comunidade, na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes.

Tal como em anos anteriores, em 2011, o IPL promoveu um conjunto de iniciativas conducentes a manter uma importante interação com a sociedade e cooperação com o mundo empresarial, designadamente sob as seguintes formas: identificação de necessidades e oportunidades de projetos e estudos visando o desenvolvimento regional, contacto permanente com entidades e instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, cultivo de um relacionamento próximo com o tecido económico, convite às entidades regionais a participar ativamente em ações promovidas no IPL, prestação de serviços (em duas áreas fundamentais: a formação e a I&D), estabelecimento de parcerias formalizadas mediante protocolos (em 2011

celebrou 136 acordos/protocolos com entidades nacionais, que abrangem diversas áreas, como ensino, investigação, estágios, atribuição de título de especialista).

Ainda neste domínio, o plano de atividades previa a realização de 2 eventos (um com a comunidade do IPL e outro de carácter geral) para debater e identificar ações visando fortalecer a identidade e o desenvolvimento regional. Contudo, por limitações orçamentais, ambos não se concretizaram.

Relativamente à divulgação à comunidade das diferentes áreas da ciência, da cultura e das artes, o IPL organizou e participou em inúmeros eventos de carácter técnico, científico e cultural, relacionados com as suas áreas de formação, participou em feiras e exposições escolares e de orientação profissional, continuou as deslocações a escolas secundárias e profissionais, organizou visitas de estudo e dias abertos aos seus campus. Foi ainda desenvolvido um conjunto vasto de eventos de carácter técnico e científico nas diferentes Escolas do IPL, relacionados com as suas áreas de formação.

Em síntese, a generalidade das ações previstas para este eixo foram concretizadas.

EIXO 7 | Organização e gestão

No domínio da organização e gestão, o objetivo principal consiste na adoção de um modelo de gestão baseado na eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa, que permita a utilização eficaz, sustentada e eficiente dos recursos disponíveis e que facilite o envolvimento das pessoas. Será reavaliado o atual modelo de organização dos serviços, por forma a dispor de um sistema interno de qualidade.

No âmbito das suas atribuições, cada direção de serviços do IPL procurou cumprir as metas a que se tinha proposto em plano de atividades. O IPL, assim como as restantes instituições públicas, tem estado sujeita aos constrangimentos provocados pela disciplina orçamental com que o país se vem confrontando com vista à redução do *deficit* das contas públicas. Salienta-se por isso o trabalho desenvolvido com vista à otimização dos recursos disponíveis, concretizado através das seguintes medidas: ações de sensibilização; aprovação do modelo de análise da relação custo *vs.* benefício para investimentos superiores a determinado valor, implementação do modelo de afetação de orçamento e custos por centro de responsabilidade e atividades finais e intermédias, simplificação e desburocratização de processos promovendo e incentivando a utilização da gestão documental.

Face à sua importância, de referir também a monitorização e acompanhamento da execução do Plano Estratégico 2010-2014, através da elaboração de dois relatórios, um referente ao ano de 2010 e outro ao 1.º semestre de 2011, disponibilizados à Presidência.

Em termos de novas tecnologias, 2011 foi um ano de dedicação aos projetos em curso como o IPL XXI (as atividades chave desta operação são a implementação da gestão documental, gestão administrativa integrada, balcão virtual do IPL, VoIP em todos os campi) e o IPL e-Rede (visa criar uma plataforma de tecnologias de

informação capaz de sustentar todos os serviços que dela dependem). Por outro lado, temos a adesão do IPL às redes sociais: *facebook*, *flickr* – partilha de fotografias e *youtube* – partilha de vídeos.

Ao nível da comunicação interna e externa, e de acordo com o planeado no plano de atividades, em 2011 foram promovidas campanhas de divulgação da oferta formativa, gerida a participação na imprensa generalista e especializada, manutenção do contacto regular com os órgãos de comunicação social, criação de novos portais *web* do IPL.

Enquadrado ainda neste eixo, o plano de atividades previa um conjunto de iniciativas tendentes à implementação de mecanismos de avaliação, acreditação e desenvolvimento da qualidade, reforçando as já existentes. É por isso de destacar o papel desempenhado pelo Gabinete de Avaliação e Qualidade, por um lado, no apoio à acreditação de ciclos de estudo no contexto dos requisitos da A3ES e, por outro lado, no desenvolvimento de uma versão preliminar de aplicação interna dos requisitos de um sistema interno de qualidade no contexto dos referenciais definidos pela A3ES.

Contemplando a realização de auditorias até à emissão de pareceres técnicos, o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno promoveu uma melhoria no desempenho dos procedimentos em uso e avaliação do sistema de controlo interno. A criação de um Gabinete de Creditação de Qualificações e Competências Não Formais foi suspensa, tendo sido transferida para o próximo ano, em função das disponibilidades financeiras.

Informações Complementares

Em síntese, o IPL cumpriu com a maioria dos objetivos a que se tinha proposto realizar no plano de atividades.

Do total das 220 ações delineadas para os 7 eixos, 185 (84%) foram executadas ou parcialmente executadas e 35 (16%) ficaram por executar. A justificação para as ações não executadas está, na sua maioria, relacionada com limitações orçamentais, transferência para o ano de 2012, não aprovação da candidatura a financiamento, não reunir os requisitos mínimos necessários para a sua concretização.

Paralelamente foram desenvolvidas outras iniciativas, não previstas inicialmente, sempre que tal se revelou adequado ao crescimento e afirmação do IPL, tendo em conta os recursos humanos e financeiros disponíveis em cada momento.

6.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Atividades | 2011

Organização Interna

Com vista à utilização dos meios físicos, humanos e financeiros disponíveis, os Serviços de Ação Social (SAS) mantiveram uma política de automatização de procedimentos administrativos, bem como de promoção da formação contínua dos seus colaboradores.

Sector de Apoio Financeiro

Compete a este sector organizar e analisar os processos de candidatura aos benefícios sociais, de forma a responder em tempo útil aos pedidos dos estudantes.

Registou-se um decréscimo do número de candidatos a bolsa de estudo, bem como do número de bolsas atribuídas, conforme se pode aferir da análise do quadro que se segue.

Ano letivo	N.º de candidaturas a bolsa de estudo	N.º de bolsas de estudo atribuídas
2010/2011	4.364	3.110
2011/2012	3.888	2.287

A bolsa de estudo, média anual, registou um aumento, tendo passado de 1.943€, em 2010/2011, para 2.026€ no ano letivo de 2011/2012.

Sector de Alojamento

Os SAS têm em funcionamento oito Residências de Estudantes – quatro em Leiria (três femininas e uma masculina), duas em Caldas da Rainha (uma feminina e uma masculina) e duas em Peniche (mistas). Em Leiria, dispõem ainda da Pousadinha José Saramago destinada a alojamento casual de professores e convidados do IPL.

No total, têm capacidade para alojar 741 estudantes em quartos duplos e individuais. Existem, ainda, quartos preparados para acolher estudantes com necessidades educativas especiais. A localização das residências de estudantes é privilegiada, situando-se próximas das Escolas Superiores e das paragens dos transportes urbanos.

De modo a minimizar as despesas correntes e potenciar serviços, foram implementadas diversas medidas e deu-se continuidade a outras, nomeadamente: diligências para assegurar uma taxa de ocupação a 100% do alojamento disponível, durante 11 meses/ano, entre outros.

Sector de Alimentação

Os SAS serviram, durante o ano de 2011, acima de 411.000 refeições.

Estes Serviços têm procurado ajustar o serviço prestado na área alimentar às necessidades dos seus utentes.

Neste sentido, durante o ano de 2011, foram tomadas as seguintes medidas:

- Consolidação da utilização da aplicação informática *Winrest*, adaptada à nova modalidade de venda / marcação de refeições;
- Adoção de uma política mais eficaz de planeamento das aquisições de bens e serviços, visando a melhoria de economias de escala;
- Campanha de sensibilização para poupança de água nas unidades alimentares;
- Redução da utilização de descartáveis nas unidades alimentares;
- Criação de Comissões de Utilizadores das Unidades Alimentares;
- Atualização do manual de procedimentos e controlo interno dos SAS – visando a uniformização de procedimentos.

Deu-se ainda continuidade aos seguintes processos:

- Sistema de Gestão de Segurança Alimentar, com base na metodologia HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Point*;
- Sistema de monitorização, através de auditorias e do controlo laboratorial de produtos e processos;
- Formação contínua dos colaboradores das Unidades;
- Serviço de alimentação de qualidade, mantendo o equilíbrio dietético.

Sector de Saúde

No âmbito deste sector, foram asseguradas nos Serviços Médicos do IPL, consultas nas seguintes especialidades: Clínica Geral, Ginecologia / Planeamento Familiar, Medicina Dentária, Medicina Desportiva, Medicina do Trabalho e Oftalmologia. Foi também disponibilizado um serviço de urgência e meios auxiliares de diagnóstico.

Estas consultas foram ministradas a 1.808 elementos da comunidade académica do IPL. Destas, 185 são justificadas pela obrigatoriedade de realização de exames de avaliação médico-desportiva para atestar a inexistência de quaisquer contra-indicações para a prática da atividade física.

Aos estudantes da ESAD.CR de Caldas da Rainha e da ESTM de Peniche que acederam a consulta de especialidade, disponível apenas em Leiria, foram asseguradas as despesas de deslocação (ida e volta), considerando os custos com transporte público.

Sector das Atividades Desportivas e Culturais

O Sector das Atividades Desportivas e Culturais dos SAS do IPL tem a seu cargo a realização de atividades de carácter desportivo, nomeadamente em contexto competitivo interuniversitário, e também de atividades de carácter cultural, junto dos estudantes do IPL.

Os SAS têm procurado promover atividades culturais e desportivas, designadamente através da criação de infraestruturas, da aquisição de equipamentos desportivos e culturais e do apoio ao respetivo funcionamento.

A nível competitivo, tem-se procurado criar condições com vista ao apuramento do maior número possível de equipas/atletas para as fases finais dos Campeonatos Nacionais Universitários e, paralelamente, aumentar o número de estudantes participantes nas atividades desenvolvidas.

No ano de 2011, foram conquistados diversos títulos pelos estudantes-atletas do IPL, designadamente o de Campeão Nacional Universitário: andebol feminino; atletismo coletivo: corta-mato masculino; atletismo masculino: salto em altura em pista coberta, salto em altura em pista ao ar livre, 800 metros em pista coberta, salto em comprimento em pista ao ar livre; *karting* coletivo; *taekwondo* - combate: -87 kg e +87 kg. Foi igualmente conquistado o título de Vice-Campeão Nacional Universitário nas seguintes modalidades: atletismo masculino: 3.000 metros em pista coberta, 60 metros planos em pista coberta, estafeta 4x200 metros em pista coberta e 10.000 metros marcha em pista ao ar livre; *karting* feminino.

Os SAS apoiaram também atividades promovidas pela comunidade estudantil do IPL, designadamente: associações de estudantes, tunas, grupos de teatro, produção de espetáculos culturais, atividades de integração, representação de estudantes do Instituto e atividades de formação para a cidadania.

Mantiveram ainda em funcionamento o Parque de Lazer, espaço situado na cidade da Nazaré, destinado a campismo. Recorreram a este Parque acima de duas centenas de utilizadores, sendo, na sua maioria, elementos da comunidade académica do IPL e estudantes de outros estabelecimentos de ensino.

Creche

No ano em análise, os SAS mantiveram em funcionamento o serviço de Creche, renovado e reestruturado no início do ano letivo de 2010/2011.

Neste espaço, preparado para acolher 26 crianças, dos 3 meses aos 3 anos de idade, foi garantido um serviço de qualidade, assegurado por uma equipa estável, composta por Educadoras de Infância e pessoal auxiliar.

Informações Complementares

Os objetivos definidos pelos SAS, para o ano de 2011, foram, de um modo geral, cumpridos. Estes serviços adotaram uma política que permitisse, designadamente:

- Proporcionar aos estudantes iguais oportunidades dentro da organização interna do Instituto, que passou pela identificação de estudantes com necessidades especiais, apresentando e implementando soluções ajustadas a cada caso;
- Otimizar o sistema de informação referente ao processo de candidatura a bolsa de estudo e alojamento;
- O envolvimento dos estudantes em atividades culturais, artísticas, desportivas, científicas, sociais e cívicas;
- A participação de estudantes de todas as Escolas do IPL em atividades culturais ou desportivas conjuntas;
- Assegurar a formação contínua dos recursos humanos;
- Reduzir os encargos com o consumo de água e energia;
- Reduzir o custo unitário das refeições.

Face à conjuntura económica e social que o País atravessa e que afeta, quer os estudantes quer os seus agregados familiares, e atento à evolução das necessidades de uma comunidade estudantil cada vez mais heterogénea (resultado do alargamento do ensino superior a novos públicos e a novos estratos sociais) os SAS estudaram medidas inovadoras de apoio aos seus estudantes.

Por conseguinte, entrou em funcionamento a Bolsa de Colaboradores, que permite aos estudantes colaborar em atividades dos SAS, mediante uma retribuição pecuniária ou em espécie. O Conselho de Gestão deliberou criar um fundo de apoio social ao estudante, constituído por uma parcela do valor das propinas. Estas medidas enquadram-se no âmbito das competências previstas nos números 1 e 2 do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, uma modalidade de apoio social orientada para os estudantes e visam, acima de tudo: (a) combater o abandono escolar; (b) promover o sucesso escolar; (c) contribuir para o desenvolvimento de competências transversais nos estudantes; (d) facilitar a integração de estudantes no mercado de trabalho; (e) promover a integração social e académica dos estudantes; (f) reforçar a ligação do IPL com os seus estudantes; (g) apoiar os estudantes que apresentam carências económicas e que estão empenhados em concluir o curso.

Em suma, as linhas de ação definidas pelos SAS para o ano em apreço tiveram como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes levando-os, a nível individual, a uma situação de bem-estar físico, mental, social e cultural e a nível coletivo, a uma relação de solidariedade e fraternidade.

6.3. ASSOCIAÇÃO INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO E CIÊNCIA

Atividades | 2011

No decurso do ano 2011 a AIDC desenvolveu, essencialmente, as seguintes atividades:

- Gestão de dois programas de doutoramento iniciados no ano letivo 2008/2009, envolvendo docentes do IPL, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e do Instituto Pedagógico de Cabo Verde.
- Contrato entre a AIDC e a ESTG, para o desenvolvimento do “Projeto M||MO” – Museu de Imagem em Movimento”, objetivando o desenvolvimento de novas tecnologias para a exposição permanente.”

7. ANÁLISE À SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

7.1. SÍNTESE DE CONTAS CONSOLIDADAS | 2011

A análise financeira consolidada constitui um complemento às demonstrações financeiras individuais das entidades integradas no perímetro de consolidação (referidas no ponto I.1 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados) e tem como objetivo proporcionar uma imagem integrada e apropriada da situação económico-financeira das operações ocorridas no conjunto formado por estas entidades durante o ano de 2011.

A síntese das contas individuais das entidades incluídas na consolidação, constantes dos quadros abaixo, apresentam já os ajustamentos prévios ao processo de consolidação (referidos no ponto V.18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas), no sentido de cumprir o princípio da especialização dos exercícios e, assim, permitir a eliminação das operações entre as entidades inseridas na consolidação.

Quadro 1 | Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação

Balanço	IPL	SAS	AIDC	Anulações	Total consolidado
Ativo líquido					
Imobilizações incorpóreas	2.974.947	-	-	-	2.974.947
Imobilizações corpóreas	67.234.194	19.444.717	488	-	86.679.400
Investimentos financeiros	172.500	-	30.000	-	202.500
Dívidas de terceiros — curto prazo	2.651.572	134.906	9.621	-689.651	2.106.448
Dep. instituições financeiras e caixa	247.874	57.274	47.087	-	352.236
Acréscimos e diferimentos	143.737	59	95	-	143.891
Total do ativo	73.424.823	19.636.957	87.292	-689.651	92.459.421
Fundos próprios e passivo					
Património	2.717.298	436.176	30.000	-30.000	3.153.474
Reservas	15.509.757	3.854.203	-	-	19.363.960
Resultados transitados	-213.236	-821.609	11.350	1.598.069	574.575
Resultado líquido do exercício	3.477.592	-81.548	11.126	-77.762	3.329.408
Provisões para riscos e encargos	778.914	-	-	-	778.914
Dívidas a terceiros — curto prazo	403.045	796.807	33.525	-689.651	543.726
Acréscimos e diferimentos	50.751.453	15.452.928	1.291	-1.490.308	64.715.364
Total dos fundos próprios e passivo	73.424.823	19.636.957	87.292	-689.651	92.459.421

Fonte: Balanço individual das entidades incluídas na consolidação

Quadro 2 | Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

Demonstração de Resultados	IPL	SAS	AIDC	Anulações	Total consolidado
Custos e perdas					
CMVMC	-	1.180.513	-	-	1.180.513
FSE	5.824.588	964.820	179.652	-140.912	6.828.148
Custos com o pessoal	30.759.835	1.757.845	26.266	-114.209	32.429.738
Transferências correntes	1.399.535	100.998	-	-260.867	1.239.666
Amortizações e Provisões	3.862.193	385.491	775	-	4.248.459
Outros custos operacionais	24.504	-	96	-	24.601
Custos e perdas financeiros	66.488	48	128	-	66.664
Custos e perdas extraordinários	132.595	2.436	22.880	-	157.911
Total dos custos e perdas	42.069.739	4.392.152	229.797	-515.988	46.175.700

Demonstração de Resultados	IPL	SAS	AIDC	Anulações	Total consolidado
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços	924.725	3.017.444	-	-75.078	3.867.090
Impostos e taxas	12.439.857	-	-	-	12.439.857
Proveitos suplementares	283.288	-	-	-229.577	53.711
Transferências correntes	30.284.779	985.366	235.125	-208.833	31.296.437
Outros proveitos operacionais	-	-	2.500	-2.500	0
Proveitos e ganhos financeiros	3.466	1.464	284	-	5.214
Proveitos e ganhos extraordinários	1.611.217	306.330	3.014	-77.762	1.842.799
Total dos proveitos e ganhos	45.547.331	4.310.604	240.923	-593.749	49.505.108
Resultados Operacionais	2.061.993	-386.858	30.836	0	1.705.970
Resultados Financeiros	-63.022	1.415	157	-	-61.450
Resultados Extraordinários	1.478.621	303.895	-19.867	-77.762	1.684.888
Resultados Líquidos do exercício	3.477.592	-81.548	11.126	-77.762	3.329.408

Fonte: Demonstração de resultados individual das entidades incluídas na consolidação

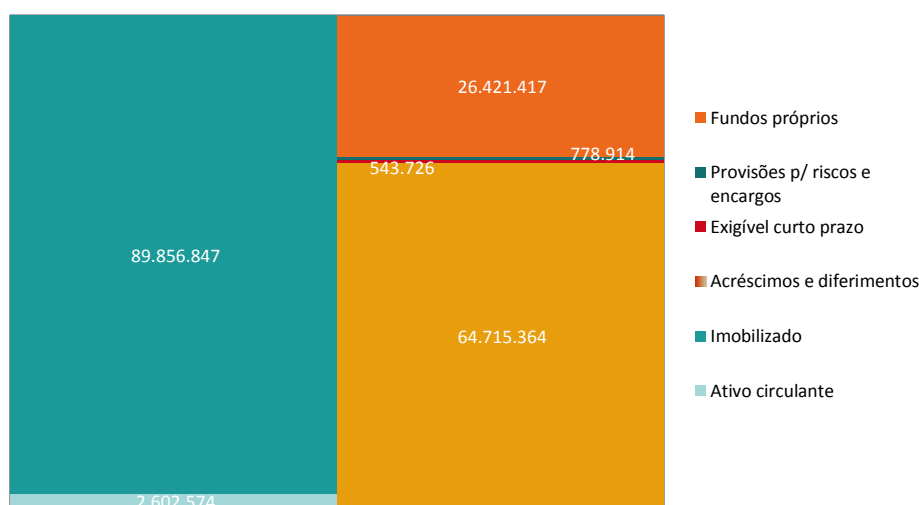
7.2. BALANÇO CONSOLIDADO

O balanço consolidado evidencia a situação de terceiros e as disponibilidades à data de 31 de dezembro, após os pagamentos efetuados no período complementar.

Em termos globais, o ativo líquido situa-se no valor de 92,46 milhões de euros [cfr. balanço no ponto 8.1], encontrando-se financiado por fundos próprios em 26,42 milhões de euros (28,58%), valor que traduz uma adequada autonomia financeira do grupo. Os fundos alheios¹ ascendem a 66,04 milhões de euros (71,42%), dos quais 59,54 milhões [cfr. Quadro 32 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas] correspondem a financiamentos obtidos para investimento que, de acordo com o normativo contabilístico vigente, apenas incorporam os fundos próprios – via resultados – em função do valor das amortizações dos bens que foram adquiridos através dos financiamentos.

No exercício de 2011, a estrutura patrimonial consolidada é a seguinte:

Gráfico 1 | Estrutura do balanço consolidado



Fonte: Balanço Consolidado

¹ Tecnicamente denominados “Passivo”.

7.2.1. ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO

O ativo global líquido do grupo IPL totaliza 92.459.421€, registando um decréscimo 3.488.800€ face ao ano anterior, essencialmente pela redução das disponibilidades e das imobilizações; o quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes do ativo para o ano de 2011, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2010.

Quadro 3 | Composição do ativo líquido

Unidade: euros

Ativo líquido	2011	Estrutura	2010	Δ 2011/2010
Imobilizações incorpóreas	2.974.947	3,22%	56.308	2.918.640
Imobilizações corpóreas	86.679.400	93,75%	90.841.727	-4.162.327
Investimentos financeiros	202.500	0,22%	190.500	12.000
Dívidas de terceiros — Curto prazo	2.106.448	2,28%	1.769.052	337.396
Depósitos em instituições financeiras e caixa	352.236	0,38%	2.940.429	-2.588.193
Acréscimos e diferimentos	143.891	0,16%	150.207	-6.316
Total	92.459.421	100,00%	95.948.221	-3.488.800

Fonte: Balanço consolidado

ATIVO FIXO

O ativo fixo (que integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros) ascendeu a 89.856.847€ e representa a maior componente do ativo global (97,19%) conforme evidenciado no quadro acima apresentado [Quadro 3]. O ativo fixo corpóreo, que integra os imobilizados tangíveis móveis ou imóveis que a entidade utiliza na sua atividade operacional, representa 93,75% [Quadro 3] evidenciando o peso do património no grupo IPL. As rubricas com maior significado no imobilizado corpóreo são os edifícios e outras construções, os terrenos e o equipamento básico [cfr. balanço no ponto 8.1].

Da análise dos ativos em 2011 sobressai o aumento das imobilizações incorpóreas, por decréscimo das imobilizações corpóreas, situação que reflete um ajustamento na classificação dos terrenos, nas contas do IPL, sobre os quais existem contratos de cedência de direitos de superfície, o impacto desta alteração justifica 2.900.662€ da diferença relevada nas contas; esta retificação foi efetuada por se considerar que sobre estes direitos prevalece a existência de um intangível.

Os investimentos financeiros totalizam 202.500€ e apresentam um acréscimo de 12.000€ face aos valores de 2010, em que 10.000€ correspondem à aquisição de mais quatro Unidades de Participação no capital Incubadora D. Dinis e 2.000€ correspondem ao pagamento da segunda tranche da participação do IPL na INOVREGIO – Associação de Inovação Regional.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante (que integra existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos ativos) totalizou 2.602.574€, e apresenta um decréscimo 2.257.112€ face ao ano anterior, maioritariamente por via das disponibilidades.

As *dívidas de terceiros c/p (curto prazo)* [cfr. balanço no ponto 8.1] totalizam 2.106.448€ e constituem-se em 592.105€ de dívidas de clientes c/c (conta corrente), em 1.050.601€ de dívidas de alunos c/c, e em 463.742€ de outras dívidas (utentes c/c, adiantamento, outros devedores e Estado), valores que representam um aumento global das dívidas de 19,07%, face ao ano anterior.

A 31 de dezembro existiam dívidas de clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa no montante de 1.273.768€ [cfr. balanço no ponto 8.1], e manteve-se a prática de provisionar dívidas de clientes e de estudantes consideradas de cobrança duvidosa, com a criação de novas provisões no valor de 346.966€ e a anulação de provisões existentes no valor de 70.302€, estas por motivos de recebimento de valores de anos anteriores, verificando-se um acréscimo de 276.664€; com esta prática deu-se cumprimento integral aos pontos 2.7.3 e 2.7.4 do POC-Educação e ao princípio da “prudência”, constituindo-se provisões de 100% para todas as dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo as dívidas do Estado, nos termos do mesmo normativo [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

As *dívidas ao Estado e outros entes públicos* [cfr. balanço no ponto 8.1] apresentam o montante de 1.871€ e referem-se a acertos de encargos com ADSE, IRS e CGA, resultantes de reposições abatidas e diferenças das entregas mensais, regularizados no início do exercício de 2012.

As *dívidas de outros devedores* totalizam 461.719€ [cfr. balanço no ponto 8.1] que se repartem em 375.687€ de devedores por transferências de projetos cofinanciados (o direito a receber é assumido com a apresentação dos relatórios de execução), em 73.344€ de devedores por outras transferências correntes, o remanescente refere-se a outras dívidas, relativas a operações de tesouraria.

As *disponibilidades* totalizam 352.236€, representam 0,38% [Quadro 3] do ativo líquido, encontram-se deduzidas dos pagamentos efetuados durante o período complementar.

7.2.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Os fundos próprios e o passivo do grupo IPL totalizam 92.459.421€, registando um decréscimo 3.488.800€ face ao ano anterior, que se reparte no aumento dos fundos próprio e na redução do passivo; o quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes dos fundos próprios e do passivo, para o ano de 2011, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2010:

Quadro 4 | Composição dos fundos próprios e passivo

Unidade: euros

Fundos próprios e passivo	2011	Estrutura	2010	Δ 2011/2010
FUNDOS PRÓPRIOS:				
Património	3.153.474	3,41%	3.154.495	-1.021
Reservas	19.363.960	20,94%	19.327.387	36.573
Resultados transitados	574.575	0,62%	925.201	-350.626
Resultado líquido do exercício	3.329.408	3,60%	-358.816	3.688.224
	26.421.417	28,58%	23.048.267	3.373.150
PASSIVO:				
Provisões para riscos e encargos	778.914	0,84%	-	778.914
Dívidas a terceiros — curto prazo	543.726	0,59%	5.668.655	-5.124.929
Acréscimos e diferimentos	64.715.364	69,99%	67.231.299	-2.515.935
	66.038.004	71,42%	72.899.954	-6.861.950
Total	92.459.421	100,00%	95.948.221	-3.488.800

Fonte: Balanço consolidado

FUNDOS PRÓPRIOS

Os *fundos próprios*, no valor 26.421.417€ apresentam um acréscimo de 14,64% (3.373.150€) relativamente ao ano anterior, pelo efeito dos resultados líquidos do exercício.

O *património* regista o valor de 3.153.474€ [Quadro 4], o qual corresponde à valorização do património líquido do IPL e dos SAS efetuado à data de 1 de janeiro de 2002, com vista à implementação do POC-Educação.

As *reservas* totalizam 19.363.960€ [Quadro 4] e representam o conjunto dos bens em que o IPL e SAS figuram como entidade beneficiária de cedências de entidades externas ao grupo. A variação ocorrida resulta da contabilização de bens cedidos ao IPL por entidades externas, designadamente bens para o fundo bibliográfico, e equipamento administrativo e de laboratório, pelo montante de 36.573€.

Os *resultados transitados consolidados*, no valor de 574.575€ [Quadro 4], incorporam o valor dos prejuízos consolidados do ano anterior.

O *resultado líquido consolidado de 2011* é de 3.329.408€, valor que será analisado no ponto destinado à análise da demonstração de resultados consolidada.

PASSIVO

O *passivo* ascendeu a 66.038.004€ [Quadro 4] e é quase exclusivamente composto pelas contas relativas ao princípio da especialização dos exercícios, já que as dívidas a terceiros são de apenas 543.726€, representando uma redução de 90,41% face ao ano anterior, valor que, conforme já referido, considera os pagamentos efetuados no período complementar o que não se verificou nas contas de 2010, em que os pagamentos refletidos no balanço foram apenas os realizados até 31 de dezembro. Neste particular, o Conselho de Gestão tem dado especial atenção à regularização atempada das dívidas a terceiros.

O passivo integra a constituição de *provisões para riscos e encargos* no montante de 778.914€ [Quadro 4], relativamente a processos judiciais que se encontram em curso e a eventuais dívidas à Segurança Social resultantes de diferenças de entendimento quanto às taxas aplicadas em 2009 e 2010 [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

As dívidas a terceiros de c/p totalizam 543.726€ [Quadro 4], valor que se reparte em:

- Dívidas a fornecedores c/c e a fornecedores de imobilizado no total de 174.601€ as quais, em relação ao ano anterior, ilustram uma significativa redução de 3.953.150€; com efeito, verificou-se em 2011 o pagamento de diversas dívidas transitadas do ano anterior, conseqüentes da falta de pagamento da entidade gestora de alguns programas de financiamento, nomeadamente em infraestruturas, que se encontravam em curso;
- Dívidas ao Estado no total de 256.490€, as quais se referem ao IVA do apuramento de novembro e dezembro (52.711€) pago em 2012, aos encargos sobre remunerações e aquisições de bens e serviços referentes maioritariamente referentes ao mês de dezembro, e que totalizam 203.779€;
- Dívidas a outros credores que totalizam 112.545€, em que 65.166€ correspondem a cauções de fornecedores, 42.450€ a cauções de comandos, garantias de fornecedores e reembolsos e restituições, sendo os restantes 4.929€ referentes a dívidas diversas.

Os *acréscimos e diferimentos* passivos são compostos por *acréscimos de custos* (2.953.176€) e por *proveitos diferidos* em 61.762.188€ [Quadros 4 e 5], estes últimos registados como passivo na estrita aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, portanto o “passivo real” é de 4.275.816€ e refere-se, essencialmente, às remunerações (férias e subsídio de férias) a pagar ao pessoal em 2012 (2.737.003€).

Quadro 5 | Composição dos acréscimos e diferimentos passivos

Unidade: euros

Passivo acréscimos e diferimentos	2011	Estrutura	2010	Δ 2011/2010
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS				
Remunerações a liquidar	2.737.003	4,23%	4.611.446	-1.874.443
Outros custos	216.173	0,33%	183.376	32.798
	2.953.176	4,56%	4.794.821	-1.841.645
PROVEITOS DIFERIDOS				
Subsídios ao investimento	59.538.079	92,00%	60.165.688	-627.610
Propinas	2.166.199	3,35%	2.212.880	-46.681
Saldos gerência	57.911	0,09%	57.911	0
	61.762.188	95,44%	62.436.478	-674.290
Total	64.715.364	100,00%	67.231.299	-2.515.935

Fonte: Balanço consolidado

Os *acréscimos de custos* atingiram o valor de 2.953.176€ [Quadro 5], e apresentam uma redução de 1.841.645€, por vias das remunerações a liquidar. O saldo desta conta reflete os custos assumidos no exercício, mas cujo pagamento ocorre no exercício seguinte, estamos a falar designadamente das remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias). A redução nas remunerações a liquidar resulta da suspensão parcial do pagamento de

subsídio de férias a ocorrer em 2012, conforme previsto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE-2012).

Neste exercício de 2011 transitam proveitos diferidos, correspondentes a valores já recebidos ou liquidados no total de 61.762.188€ [cfr. balanço no ponto 8.1 e Quadro 5] mas cujos proveitos serão reconhecidos em 2012 e em anos subsequentes, sendo 59.538.079€ de subsídios ao investimento, 2.166.199€ de propinas de formação do 1.º ciclo e 57.911€ de saldos de gerência [cfr. Quadro 32 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas]; os proveitos diferidos, globalmente, apresentam um decréscimo de 674.290€.

7.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Da análise aos aspetos mais relevantes da demonstração de resultados consolidada, verifica-se que o *resultado líquido do exercício apurado em 2011* é positivo em 3.329.408€ [cfr. demonstração de resultados consolidada no ponto 8.2], o que representa uma melhoria significativa face aos valores atingidos em anos anteriores; para os resultados líquidos contribuíram os resultados operacionais de 1.705.970€ e os subsídios ao investimento de 1.765.334€, o que demonstra equilíbrio na gestão corrente da atividade do grupo IPL.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os *resultados operacionais* aumentaram em 3.944.866€; para este valor contribuiu a contenção da despesa corrente com reflexo na diminuição de 3.986.922€ nos custos operacionais (-7,98% em relação ao ano anterior) e a variação pouco significativa nos proveitos operacionais que diminuíram 42.056€ (-0,09% em relação ao ano anterior).

RESULTADOS FINANCEIROS

Os *resultados financeiros* diminuíram em 5.054€, em consequência da diminuição dos proveitos financeiros em 3.328€ e do aumento dos custos financeiros em 1.726€.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os *resultados extraordinários* diminuíram em 251.587€, em consequência da diminuição dos proveitos extraordinários em 127.848€ e do aumento dos custos extraordinários em 123.739€.

A estrutura da demonstração de resultados consolidada é a seguinte:

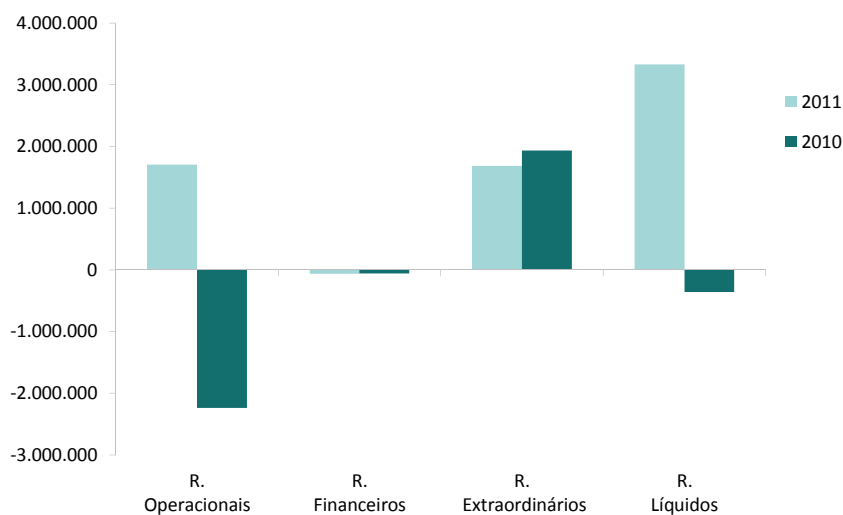
Quadro 6 | Estrutura de resultados consolidados

Unidade: euros

Resultados consolidados	2011	2010	Δ 2011/2010
R. Operacionais	1.705.970	-2.238.896	3.944.866
R. Financeiros	-61.450	-56.396	-5.054
R. Extraordinários	1.684.888	1.936.475	-251.587
R. Líquidos	3.329.408	-358.816	3.688.224

Fonte: Demonstração de resultados consolidada

Gráfico 2 | Demonstração de resultados consolidada



Fonte: Demonstração de resultados consolidada

7.3.1. ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS

Os *custos e perdas* atingiram o montante global de 46.175.700€ [Quadro 7], destacando-se pela sua representatividade, os custos com pessoal (70,23%), onde se incluem as remunerações e os encargos sociais, os fornecimentos e serviços externos (14,79%) e as amortizações e provisões do exercício (9,20%), custos que globalmente significam 94,22% dos custos totais.

O quadro seguinte apresenta a estrutura de custos consolidados no ano de 2011:

Quadro 7 | Estrutura de custos e perdas

Unidade: euros

Custos e perdas	2011		2010		Variação		
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%	
C.O.	CMVMC	1.180.513	2,56%	1.350.751	2,70%	-170.238	-12,60%
	Fornecimentos e serviços externos	6.828.148	14,79%	8.120.496	16,23%	-1.292.348	-15,91%
	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.239.666	2,68%	1.277.264	2,55%	-37.598	-2,94%
	Custos com o pessoal	32.429.738	70,23%	35.554.332	71,06%	-3.124.594	-8,79%
	Amortizações e Provisões do exercício	4.248.459	9,20%	3.610.530	7,22%	637.929	17,67%
	Outros custos e perdas operacionais	24.601	0,05%	24.674	0,05%	-73	-0,29%
C.F.	Custos e perdas financeiros	66.664	0,14%	64.938	0,13%	1.726	2,66%
C.E.	Custos e perdas extraordinários	157.911	0,34%	34.172	0,07%	123.739	362,11%
Total		46.175.700	100,00%	50.037.156	100,00%	-3.861.456	-7,72%

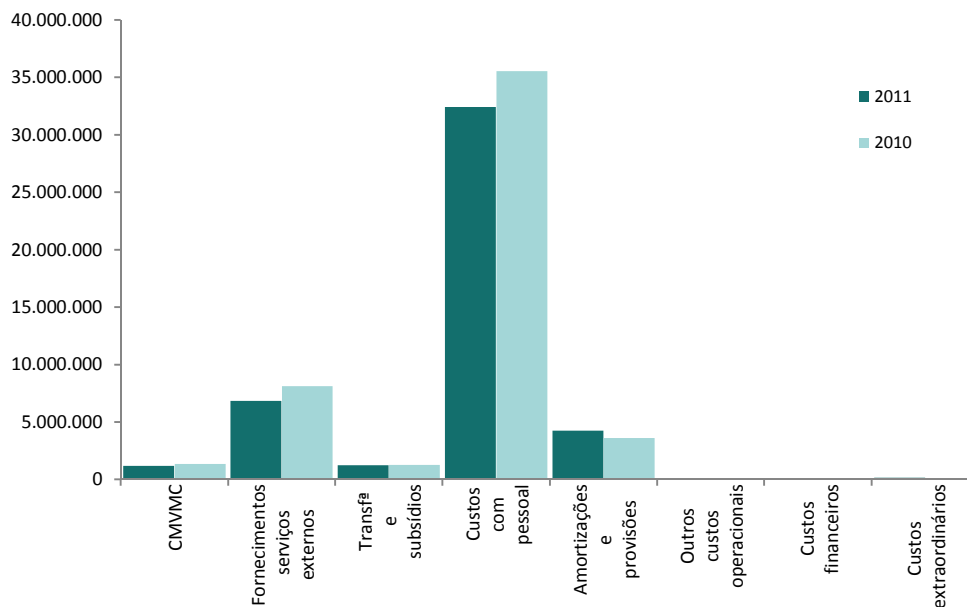
Fonte: Demonstração de resultados consolidada

Legenda: C.O. - Custos Operacionais; C.F. - Custos Financeiros; C.E. - Custos Extraordinários.

De salientar que a estrutura de custos ilustra uma diminuição de 3.861.456€ em relação ao ano anterior (correspondendo a uma variação negativa de 7,72%), essencialmente por via da redução significativa dos custos com pessoal, resultante da aplicação das reduções remuneratórias previstas no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE-2011), e da redução das aquisições de bens e serviços.

Nos dois últimos anos os custos e perdas apresentaram a composição constante do gráfico:

Gráfico 3 | Estrutura e evolução dos custos



Fonte: Balancete de contas do plano

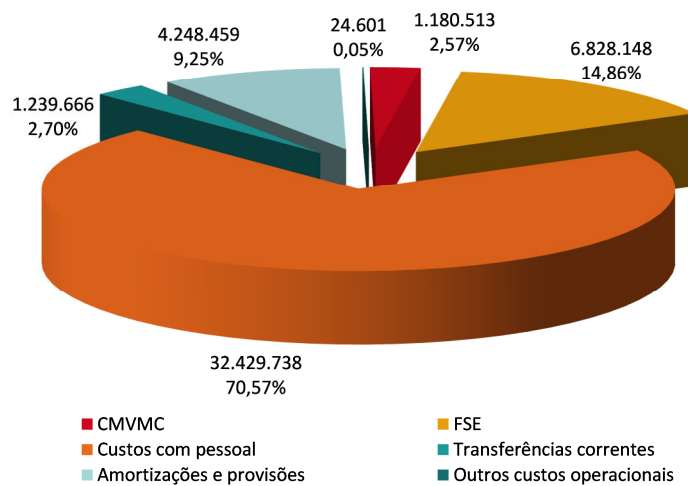
7.3.1.1. ESTRUTURA DE CUSTOS OPERACIONAIS

Os *custos operacionais* representam mais de 99% [Quadro 7 e Gráfico 4] dos custos totais e são maioritariamente constituídos por custos com pessoal (70,57%) e por fornecimentos e serviços externos (14,86%).

As transferências correntes concedidas, por via das operações de ajustamento de consolidação, apresentam uma estrutura idêntica à do ano anterior.

As amortizações e provisões contam, para além das amortizações de bens do imobilizado e das provisões para clientes e alunos de cobrança duvidosa, com uma estimativa para riscos e encargos de processos judiciais em curso e de dívidas reclamadas, mas não justificadas, até 31 de dezembro pela Segurança Social, resultante de diferenças nas taxas aplicadas pelo IPL nos anos de 2009 e 2010 [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

Gráfico 4 | Estrutura dos custos operacionais



Fonte: Balancete de contas do plano

Segue-se um breve detalhe das despesas que compõem os custos operacionais, comparando os valores e a estrutura de 2011 e 2010.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Quadro 8 | Fornecimento e serviços externos

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Electricidade	686.071	10,05%	693.232	8,54%	-7.161	-1,03%
Combustíveis/outros fluidos	277.438	4,06%	264.869	3,26%	12.569	4,75%
Água	117.481	1,72%	131.797	1,62%	-14.316	-10,86%
Rendas e alugueres	156.855	2,30%	214.532	2,64%	-57.677	-26,88%
Comunicações	209.625	3,07%	239.120	2,94%	-29.495	-12,33%
Seguros	48.920	0,72%	38.934	0,48%	9.986	25,65%
Limpeza e higiene	679.112	9,95%	767.095	9,45%	-87.983	-11,47%
Vigilância e segurança	612.466	8,97%	741.509	9,13%	-129.042	-17,40%
Ferramentas e utensílios	48.317	0,71%	116.000	1,43%	-67.683	-58,35%
Material de escritório	131.515	1,93%	182.873	2,25%	-51.358	-28,08%
Transportes de pessoal	19.411	0,28%	36.053	0,44%	-16.641	-46,16%
Deslocações e estadas	208.764	3,06%	289.328	3,56%	-80.564	-27,85%
Honorários	1.132.764	16,59%	1.300.882	16,02%	-168.118	-12,92%
Conservação e reparação	537.828	7,88%	584.912	7,20%	-47.085	-8,05%
Publicidade	170.470	2,50%	410.212	5,05%	-239.741	-58,44%
Trabalhos especializados	867.289	12,70%	1.033.121	12,72%	-165.832	-16,05%
Licenciamento de software	71.421	1,05%	188.766	2,32%	-117.345	-62,16%
Consumos laboratoriais	225.681	3,31%	140.487	1,73%	85.194	60,64%
Seminários, exposições e similares	110.484	1,62%	202.796	2,50%	-92.312	-45,52%
Outros serviços	516.235	7,56%	543.979	6,70%	-27.744	-5,10%
Total	6.828.148	100,00%	8.120.496	100,00%	-1.292.348	-15,91%

Fonte: Balancetes de contas do plano

Legenda: C.O. -Custos Operacionais

Pelo detalhe da rubrica *fornecimento e serviços externos*, verificamos que os custos fixos ou de estrutura, onde se inclui as despesas de eletricidade, combustíveis, água, rendas e alugueres, comunicações, seguros, limpeza higiene e conforto e vigilância e segurança, ascenderam a 2.787.969€, representando 40,83% dos custos com fornecimentos e serviços externos (6,04% dos custos totais). Apresentam, face ao ano anterior, uma expressiva redução de 303.119€ consequência do plano de racionalização e contenção de custos desenvolvido pelos Serviços Centrais em parceria com as Unidades Orgânicas e Serviços do IPL; o agravamento das taxas de IVA, desde julho de 2011, impediu que a redução fosse ainda mais relevante.

Merecem particular relevância, pelo seu peso na estrutura de custos, as contas de *honorários* e *trabalhos especializados*:

- Os honorários incluem os custos com formadores externos que lecionam no 2.º ciclo (mestrados), nas pós-graduações e especializações não conferentes de grau académico, nos cursos de especialização tecnológica, na formação contínua, e nos cursos preparatórios de acesso ao ensino superior.
- Os trabalhos especializados incluem serviços de natureza especializada, onde se destacam os serviços de manutenção (instalações, equipamentos, eletricidade e telecomunicações), a acreditação de ciclos de estudo por parte da A3ES, os ensinamentos clínicos, os serviços de trabalho temporário e outros serviços especializados necessários ao desenvolvimento das prestações de serviços efetuadas pelas entidades do grupo.

O investimento em *publicidade* destaca-se pela redução registada de 2010 para 2011, 239.741€, e integram custos com publicidade da entidade e com divulgação obrigatória de concursos de pessoal.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Quadro 9 | Transferências correntes concedidas

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
C.O. Sociedades e quase sociedades não financeiras	9.839	0,79%	3.563	0,28%	6.276	176,15%
Administração central	3.673	0,30%	2.309	0,18%	1.364	59,07%
Entidades do grupo	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Instituições sem fins lucrativos	20.488	1,65%	47.929	3,75%	-27.441	-57,25%
Famílias	1.192.818	96,22%	1.207.486	94,54%	-14.669	-1,21%
Resto do mundo	12.847	1,04%	15.976	1,25%	-3.129	-19,58%
Total	1.239.666	100,00%	1.277.264	100,00%	-37.598	-2,94%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Legenda: C.O. - Custos Operacionais.

As *transferências correntes* totalizaram 1.239.666€, e representam uma redução de 37.598€ face ao ano de 2010.

Em transferências correntes encontram-se incluídos os valores atribuídos pelo IPL e SAS a entidades privadas e a outras instituições, tais como as transferências para famílias (apoios concedidos a alunos, a pessoal docente e não docente, no âmbito dos programas de mobilidade, de parcerias e acordos de cooperação), os apoios concedidos no âmbito do Programa de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior (PROTEC), as bolsas de estágio no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública (PEPAC) e as bolsas de investigação atribuídas no âmbito do desenvolvimento de projetos de I&D.

CUSTOS COM O PESSOAL

Quadro 10 | Custos com pessoal

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
C.O. Remunerações base do pessoal	22.724.351	70,07%	23.707.672	66,68%	-983.321	-4,15%
Subsídios de férias e natal	2.180.841	6,72%	3.917.795	11,02%	-1.736.954	-44,33%
Suplementos de remuneração ⁽¹⁾	1.266.173	3,90%	1.377.387	3,87%	-111.214	-8,07%
Prestações sociais directas	19.626	0,06%	74.150	0,21%	-54.523	-73,53%
Remunerações doença, maternidade/paternidade	290.053	0,89%	14.679	0,04%	275.374	1876,00%
Outras remunerações/Outros custos pessoal ⁽²⁾	1.461.160	4,51%	1.573.001	4,42%	-111.841	-7,11%
Seguros de acidentes de trabalho	383	0,00%	5.955	0,02%	-5.572	-93,56%
Encargos sobre remunerações ⁽³⁾	4.487.151	13,84%	4.883.694	13,74%	-396.543	-8,12%
Total	32.429.738	100,00%	35.554.332	100,00%	-3.124.594	-8,79%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Legenda: C.O. - Custos Operacionais.

(1) Suplementos remuneratórios: incluem, entre outros, subsídios de alimentação; ajudas de custo; despesas de representação, horas extraordinárias.

(2) Outras remunerações e outros custos com pessoal: incluem entre outros, formação (formadores internos); colaboração técnica especializada; outros abonos em numerário, despesas de saúde (ADSE, regime livre e convencionado).

(3) Encargos sobre remunerações incluem: descontos para CGA e SS

Os *custos com pessoal* ascenderam a 32.429.738€ e apresentam uma redução de 3.124.594€, de 2010 para 2011.

As remunerações base do pessoal decresceram por via das reduções remuneratórias previstas no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE-2011), apesar da ocorrência de acréscimos decorrentes da aplicação do regime de transição previsto no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP).

Os custos incluem os valores que não são pagos no exercício e que correspondem ao acréscimo de custos, relativos ao mês de férias e subsídio de férias que são pagos no ano seguinte; em 2011 estes valores encontram significativamente abaixo dos registados em anos anteriores pela aplicação das normas previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro (LOE-2012), que conduzem à suspensão parcial dos subsídios de férias e Natal [vide nota 45 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Quadro 11 | Amortizações e provisões

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
C.O. Imobilizações corpóreas	3.107.452	73,14%	3.328.324	92,18%	-220.872	-6,64%
Imobilizações incorpóreas	15.127	0,36%	15.127	0,42%	0	0,00%
Provisões para cobrança duvidosa	346.966	8,17%	267.079	7,40%	79.887	29,91%
Provisões para riscos e encargos	778.914	18,33%	0	0,00%	778.914	-
Total	4.248.459	100,00%	3.610.530	100,00%	637.929	17,67%

Fonte: Balançetes contas do plano
Legenda: C.O. - Custos Operacionais.

As *amortizações do exercício* atingiram o valor de 3.122.579€ [cfr. demonstração de resultados no ponto 8.2] e foram calculadas com base no método das quotas constantes de acordo com as taxas legalmente previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado².

Refira-se, que a maior parte (59%) dos custos com amortizações do exercício, foi compensada pelo reconhecimento de subsídios ao investimento (proveitos extraordinários), dado que um elevado número dos bens amortizados têm sido adquiridos através de programas cofinanciados.

As *provisões para cobrança duvidosa* de clientes e estudantes foram atualizadas em 346.966€, no final do exercício de 2011 o valor acumulado de 1.273.768€ corresponde à totalidade das dívidas em mora há mais de 12 meses [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

Conforme se refere na análise do balanço, no exercício verificou-se a necessidade de constituir provisões para riscos e encargos, relativamente a processos judiciais que se encontram em curso e a dívidas reclamadas, mas não justificadas, pela Segurança Social, resultantes de diferenças entre as taxas aplicadas pelo IPL [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas], esta provisão foi constituída pelo montante de 778.914€.

² Aprovado pela Portaria 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de Abril de 2000.

OUTROS CUSTOS

Quadro 12 | Outros custos

Unidade: euros

Rubrica		2011		2010		Variação	
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
C.O.	Impostos e taxas	7.043	28,63%	7.510	30,44%	-466	-6,21%
	Outros custos e perdas operacionais	17.558	71,37%	17.164	69,56%	394	2,29%
Total		24.601	100,00%	24.674	100,00%	-73	-0,29%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Legenda: C.O. - Custos Operacionais.

O valor referente a *impostos e taxas* reporta essencialmente ao pagamento de taxas relativas aos títulos de residência temporária dos alunos chineses que se encontram a frequentar a licenciatura em Tradução e Interpretação Português/Chinês - Chinês/Português, correspondendo um valor residual a taxas de justiça, portos e outras taxas.

Os *outros custos e perdas operacionais* referem-se a emolumentos cobrados pelo Tribunal de Contas, referente à homologação da verificação interna da conta de gerência do IPL de 2008 e a uma coima relativa a uma correção declarativa do IVA.

O valor destas rubricas apresenta uma variação pouco significativa entre 2011 e 2010.

7.3.1.2. ESTRUTURA DE CUSTOS FINANCEIROS

Os *custos financeiros* registados em 2011 totalizaram 66.664€ [cfr. demonstração de resultados no ponto 8.2] e referem-se quase exclusivamente a serviços bancários intrínsecos ao processo de cobrança de propinas e taxas (99,8%), sendo o valor restante referente a juros de mora e compensatórios.

7.3.1.3. ESTRUTURA DE CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 13 | Custos extraordinários

Unidade: euros

Rubrica		2011		2010		Variação	
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
C.E.	Perdas de imobilizado	4.762	3,02%	2.369	6,93%	2.392	100,97%
	Multas e penalidades	32.102	20,33%	0	0,00%	32.102	-
	Restituições	73.548	46,58%	11.151	32,63%	62.397	559,56%
	Outras correções	45.580	28,86%	20.651	60,43%	24.929	120,72%
	Outros custos e perdas extraordinárias	1.920	1,22%	1	0,00%	1.920	-
Total		157.911	100,00%	34.172	100,00%	123.739	362,11%

Fonte: Balancetes contas do Plano

Legenda: C.E. - Custos Extraordinários

Os *custos extraordinários* totalizaram 157.911€, apresentam um acréscimo singular face aos valores de 2010, na sequência de restituições de transferências e subsídios obtidos em anos anteriores, no montante de 61.151€ (incluídos em restituições)³ e de correções relativas a exercícios anteriores, no montante de 22.519€ (incluídas em outras correções).

³ Restituição de 14.546,71€ à entidade coordenadora do Projeto EU4ALL, referente ao valor do adiantamento, e de 45.297,81€ à entidade coordenadora do programa "Iniciativa para o Investimento e o Emprego", relativo à intervenção "Melhoria da eficiência energética em edifícios públicos", referente a despesas consideradas não elegíveis no âmbito de uma auditoria efetuada pela Inspeção-Geral de Finanças e relativamente à qual foi apresentado recurso hierárquico em 12.8.2011, indeferido em 8.2.2012 e que se encontra em análise pelo gabinete de Advogados externos ao IPL..

7.3.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS

Os *proveitos e ganhos* ascenderam a 49.505.108€ [Quadro 14] e apresentam uma redução de 0,35% relativamente a 2010. Na atividade operacional contribuíram sobretudo as *transferências e subsídios correntes* que constituem 63,22% dos proveitos totais. Os impostos e taxas, que se referem maioritariamente a propinas, representam 25,13% dos proveitos do grupo IPL e registaram um aumento de 3,5% face ao ano de 2010. O quadro seguinte apresenta a estrutura de proveitos consolidados no ano de 2011:

Quadro 14 | Estrutura de proveitos e ganhos

Unidade: euros

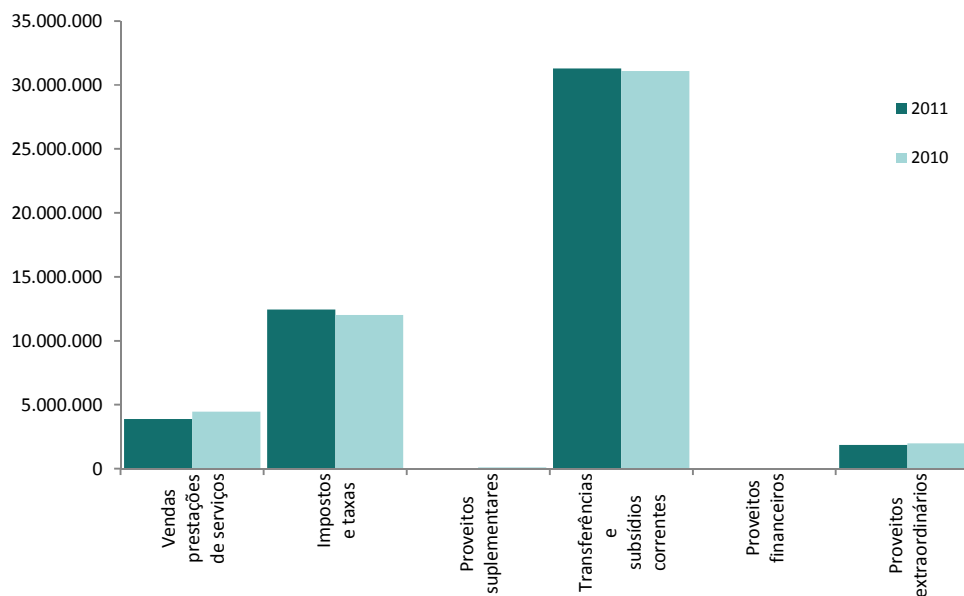
Proveitos e ganhos	2011		2010		Variação		
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%	
P.O.	Vendas e prestações de serviços	3.867.090	7,81%	4.456.546	8,97%	-589.456	-13,23%
	Impostos e taxas	12.439.857	25,13%	12.019.324	24,19%	420.533	3,50%
	Proveitos suplementares	53.711	0,11%	106.823	0,22%	-53.112	-49,72%
	Transferências e subsídios correntes obtidos	31.296.437	63,22%	31.116.458	62,64%	179.979	0,58%
P.F.	Proveitos e ganhos financeiros	5.214	0,01%	8.542	0,02%	-3.328	-38,96%
P.E.	Proveitos e ganhos extraordinários	1.842.799	3,72%	1.970.647	3,97%	-127.848	-6,49%
Total		49.505.108	100,00%	49.678.340	100,00%	-173.232	-0,35%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Legenda: P.O. - Proveitos Operacionais; P.F. - Proveitos Financeiros; P.E. - Proveitos Extraordinários.

Nos dois últimos anos os proveitos e ganhos apresentaram a composição constante do gráfico:

Gráfico 5 | Estrutura e evolução dos proveitos



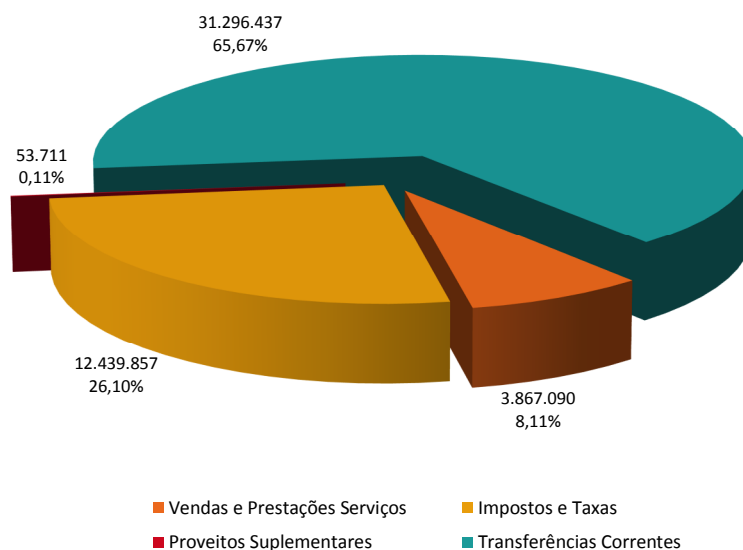
Fonte: Balancete de contas do plano.

7.3.2.1. ESTRUTURA DE PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 2011 os *proveitos operacionais* ascenderam a 47.657.095€ [Quadro 14] e representam 96,27% dos proveitos totais. Apresentam uma variação negativa de 42.056€, face a 2010, apesar do acréscimo significativo nos impostos e taxas (propinas, taxas de matrícula e outros emolumentos) e nas transferências correntes, em particular nas que se encontram afetas a projetos cofinanciados. Estes acréscimos encontram-se compensados por uma quebra de 13,23% nas vendas de bens e prestações de serviços, que encontra justificação no atual e difícil contexto socioeconómico.

Se ao valor dos proveitos operacionais se retirar a parte referente às transferências e subsídios correntes, obtemos o montante de 16.360.658€, que representa a capacidade de autofinanciamento corrente do grupo IPL, montante que reduz 222.038€ face aos valores atingidos em 2010.

Gráfico 6 | Estrutura de proveitos operacionais



Fonte: Balancetes contas do Plano

Segue-se um breve detalhe das despesas que compõem os proveitos operacionais, comparando os valores e a estrutura de 2011 e 2010.

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Quadro 15 | Venda de bens e prestação de serviços

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas						
a.O. Fotocópias, impressos e publicações	140	0,00%	1.632	0,04%	-1.492	-91,40%
Livros e documentação técnica	1.144	0,03%	936	0,02%	208	22,16%
Produtos alimentares e bebidas	894.359	23,13%	1.001.769	22,48%	-107.411	-10,72%
Outros bens	0	0,00%	778	0,02%	-778	-100,00%
Refeições	21.569	0,56%	1.276.727	28,65%	-1.255.158	-

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Prestações de serviços						
Serviços de alimentação	1.131.983	29,27%	8.004	0,18%	1.123.979	-
Serviços de alojamento	774.517	20,03%	608.362	13,65%	166.156	27,31%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	473.776	12,25%	1.059.524	23,77%	-585.748	-55,28%
Serviços de laboratórios	3.930	0,10%	21.306	0,48%	-17.376	-81,56%
Colaboração docente	95.974	2,48%	90.991	2,04%	4.983	5,48%
Patrocínios e apoios	159.587	4,13%	63.195	1,42%	96.393	152,53%
Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	23.813	0,62%	26.538	0,60%	-2.725	-10,27%
Ações de formação	29.427	0,76%	93.467	2,10%	-64.040	-68,52%
Conferências, seminários e congressos	115.391	2,98%	75.825	1,70%	39.566	52,18%
Atividades de saúde	14.692	0,38%	21.448	0,48%	-6.757	-31,50%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	45.443	1,18%	47.941	1,08%	-2.498	-5,21%
Outros	81.344	2,10%	58.102	1,30%	23.242	40,00%
Total	3.867.090	100,00%	4.456.546	100,00%	-589.456	-13,23%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Legenda: P.O. - Proveitos Operacionais.

As vendas de bens e prestações de serviços ascenderam aos 3.867.090€, registando uma redução de 589.456€ comparativamente com o ano anterior. Em termos de classificação de assinalar a alteração de classificação de 2010 para 2011, da rubrica de vendas para prestações de serviços das refeições confeccionadas pelos SAS.

As prestações de serviços prestadas ao exterior, e em particular os estudos, pareceres e projetos, decrescem 55,28% face aos valores do ano anterior, que se admite como uma variação conjuntural.

Os patrocínios e apoios traduzem o reconhecimento do proveito do apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do Protocolo celebrado com o IPL, no montante de 110.000€ para diversas atividades realizadas ao longo do ano.

IMPOSTOS E TAXAS

Quadro 16 | Impostos e taxas

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Propinas						
Propinas de 1.º ciclo	9.018.002	72,49%	9.017.581	75,03%	421	0,00%
Propinas de formação pós-graduada	476.121	3,83%	473.980	3,94%	2.142	0,45%
Propinas de 2.º ciclo e 3.º ciclo	1.152.267	9,26%	738.491	6,14%	413.776	56,03%
Propinas de CETs	629.873	5,06%	588.575	4,90%	41.298	7,02%
Propinas de cursos preparatórios	208.787	1,68%	257.064	2,14%	-48.277	-18,78%
Propinas de formação contínua	61.185	0,49%	76.297	0,63%	-15.112	-19,81%
Taxas						
Diplomas, certidões e fotocópias	82.619	0,66%	86.251	0,72%	-3.633	-4,21%
Taxas matrícula, exames e melhorias de nota	216.506	1,74%	184.224	1,53%	32.282	17,52%
Multas	160.537	1,29%	149.284	1,24%	11.253	7,54%
Outras taxas	433.961	3,49%	447.578	3,72%	-13.618	-3,04%
Total	12.439.857	100,00%	12.019.324	100,00%	420.533	3,50%

Fonte: Balancetes de contas do plano

Legenda: P.O. - Proveitos Operacionais

Os proveitos com origem em *impostos e taxas (propinas, taxas de matrícula e outros emolumentos)* totalizam 12.439.857€, registando um acréscimo de 420.533€, sendo mais relevante na formação do 2.º ciclo, como

consequência do alargamento da oferta formativa e do crescimento do número de alunos que ingressaram nestes cursos.

PROVEITOS SUPLEMENTARES

Quadro 17 | Proveitos suplementares

Unidade: euros

P.O.	Rubrica	2011		2010		Variação	
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
	Cedências de equipamentos e instalações	40.659	75,70%	53.692	50,26%	-13.033	-24,27%
	Compensações de despesas	13.051	24,30%	53.131	49,74%	-40.080	-75,44%
	Total	53.711	100,00%	106.823	100,00%	-53.112	-49,72%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Legenda: P.O. - Proveitos Operacionais

Os *proveitos suplementares* no montante de 53.711€ apresentam uma redução de 53.112€, face a 2010.

Os valores de compensações de despesas, maioritariamente, resultam dos débitos efetuados entre entidades do grupo relativos a compensações de vencimentos, água, luz, gás, encontram-se anulados pelo processo de consolidação das contas.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Quadro 18 | Transferências e subsídios correntes

Unidade: euros

P.O.	Rubrica	2011		2010		Variação	
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
	Privadas	227.634	0,73%	197.303	0,63%	30.331	15,37%
	Estado	27.718.898	88,57%	28.905.091	92,89%	-1.186.193	-4,10%
	Estado - projetos cofinanciados	107.050	0,34%	198.658	0,64%	-91.608	-46,11%
	Outras entidades	125.851	0,40%	497.036	1,60%	-371.185	-74,68%
	Financiamento Comunitário	396.928	1,27%	380.290	1,22%	16.638	4,38%
	Instituições s/ fins lucrativos e privadas	3.537	0,01%	27.514	0,09%	-23.977	-87,14%
	Resto do Mundo/Países terceiros	2.716.539	8,68%	910.565	2,93%	1.805.973	198,34%
	Total	31.296.437	100,00%	31.116.458	100,00%	179.979	0,58%

Fonte: Balancetes de contas do plano.

Legenda: P.O. - Proveitos Operacionais.

As transferências correntes do Estado refletem o total do financiamento atribuído ao IPL e SAS no âmbito da atribuição anual do *plafond* do Orçamento do Estado (OE). O conjunto destas transferências com o financiamento de projetos cofinanciadas pelo Estado e por entidades privadas, destinados ao financiamento das atividades operacionais do grupo IPL, apresenta uma redução de 1.247.470€ quando comparados os valores de 2011 e 2010.

As transferências do Estado afetas a projetos cofinanciados apresentam proveitos inferiores ao inicialmente previsto, relacionadas com as severas limitações impostas durante o ano de 2011 à assunção de novos compromissos no âmbito do PIDDAC⁴; no caso particular do IPL, os compromissos eram maioritariamente

⁴ Nos termos do Despacho n.º 154/2011, de 28 de abril, a Circular n.º A-1365, de 16 de maio de 2011 e o Aviso da Direção-Geral do Orçamento, de 7 de junho de 2011.

transitados de 2010. Com este fundamento foi solicitado a sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e Finanças, o pedido de utilização de verbas, o qual não foi autorizado até final do ano de 2011; com efeito, dos 750.000€ atribuídos pela tutela foram transferidos apenas 164.063€ (21,88%), o que implicou a utilização de outras origens de receita.

As transferências de projetos cofinanciados com fundos comunitários, resto do mundo e países terceiros, aumentaram em 1.798.634€ e reflete um ajustamento de 1.794.748€ resultante dos recebimentos do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), relativo às infraestruturas dos *campus* 3 e 4, cujo investimento já tinha ocorrido em 2010.

Também nas transferências de fundos comunitários, os proveitos apresentam-se inferiores ao previsto uma vez que o montante de 982.957€, relativo ao Programa de Apoio à Formação de Docentes do Ensino Superior Politécnico (PROTEC), não foi transferido pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES) conforme previsto e inscrito no orçamento inicial e comunicado por ofício da Tutela em 01/10/2010.

7.3.2.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS FINANCEIROS

Os *proveitos e ganhos financeiros* no total de 5.214€ [cfr. demonstração de resultados no ponto 8.2] referem-se aos juros obtidos nas contas de depósitos à ordem e aos juros de aplicações de tesouraria, subscritas no Instituto de Gestão e do Crédito Público (IGCP).

7.3.2.3. ESTRUTURA DE PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 19 | Proveitos extraordinários

Unidade: euros

Rubrica	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
P. E. Alienação de imobilizado corpóreo	0	0,00%	1.089	0,06%	-1.089	-100,00%
Benefícios de penalidades contratuais	0	0,00%	146	0,01%	-146	-100,00%
Reduções de amortizações e provisões	70.302	3,81%	143.697	7,29%	-73.395	-51,08%
Correções relativas a exercícios anteriores	7.163	0,39%	9.869	0,50%	-2.705	-27,41%
Outros proveitos e ganhos extraordinários (Transf ^{ss} capital obtidas)	1.765.334	95,80%	1.815.846	92,14%	-50.512	-2,78%
Total	1.842.799	100,00%	1.970.647	100,00%	-127.848	-6,49%

Fonte: Balancete de contas do plano

Legenda: P.E. - Proveitos Extraordinários

Os *proveitos extraordinários* ascenderam a 1.842.799€ e apresentam uma redução de 6,49% comparativamente a 2010.

O valor de 70.302€ reflete a redução das provisões para cobrança duvidosa, pelos montantes exatos dos recebimentos ocorridos durante o exercício [vide nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas].

O valor registado em outros proveitos e ganhos extraordinários reflete o reconhecimento dos subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos bens objeto de cofinanciamento.

7.3.3. RESULTADOS LÍQUIDOS

A análise dos proveitos e dos custos – a qual não inclui a execução orçamental – concretiza o resultado líquido de 3.329.408,26€ [Quadro 6] que reflete os cortes salariais impostos pelo Governo e as medidas internas de racionalização da despesa; este resultado líquido de 2011 inverte a tendência de três anos com prejuízos e promove a solidez financeira, mas não obsta à diminuição do saldo de gerência líquido para 99.643€⁵, o que explica a utilização criteriosa das dotações orçamentais (dinheiro disponível) e a necessidade de múltiplas medidas internas de racionalização.

De entre as múltiplas medidas internas de racionalização da despesa adotadas em 2011 destaca-se, em especial, a que incidiu sobre os critérios de atribuição de créditos horários por função, nos termos da Deliberação n.º 10/2011, de 8 de julho, do Conselho de Gestão, pelos efeitos de reequilíbrio financeiro e orçamental que a aplicação da mesma permitiu. Esta deliberação resultou de um profundo processo de estudo prévio sobre os impactos financeiros dos créditos atribuídos por força dos Estatutos do IPL e em que se concluiu que a única via sustentável para evitar o desequilíbrio seria através da concretização desta medida, reconhecidamente penosa para os docentes, mas indispensável para a instituição como um todo.

7.4. RÁCIOS E INDICADORES

A análise dos dados económicos e financeiros acima expressos pode ser complementada recorrendo-se para isso a um conjunto de rácios e indicadores financeiros, de liquidez e de estrutura, económicos e de rentabilidade.

Quadro 20 | Indicadores de Gestão e Financeiros

Indicadores	2011	2010
ANÁLISE DA LIQUIDEZ		
Rácio Solvência (Liquidez geral)	0,61	0,46
Rácio Tesouraria (Liquidez imediata)	0,08	0,28
Indicador Fundo de maneo líquido	1.915.048	-959.175
ANÁLISE DA ESTRUTURA		
Rácio Cobertura do imobilizado	0,29	0,25
Rácio Autonomia financeira	0,29	0,24
Rácio Solvabilidade	0,40	0,32
RENTABILIDADE E MEIOS		
Rácio Rentabilidade do fundos próprios	12,60%	-1,56%
Rácio Rentabilidade do activo líquido	3,60%	-0,37%
Rácio Rendibilidade operacional	3,58%	-4,69%
Indicador EBITDA (em euros)	5.954.429	1.371.634
Indicador Cash-flow (em euros)	7.577.867	3.251.714

Fonte: Balanço consolidado e demonstração resultados consolidada

⁵ O saldo de gerência bruto de 2011 do IPL e SAS foi de 305.148€, dos quais 205.505€ referem-se a operações de tesouraria.

Os rácios de liquidez atestam a relação entre a soma das disponibilidades com os créditos sobre terceiros e as dívidas a terceiros; a liquidez apresenta-se adequada e reflete o compromisso do IPL na liquidação das dívidas a terceiros no prazo de 60 dias, o que é confirmado pelo valor do *fundo de maneo*.

Em termos de estrutura, a cobertura do imobilizado por fundos próprios mostra-se adequada, a autonomia financeira e a solvabilidade apresentam valores coerentes com uma estrutura financeira equilibrada, pois existe uma boa relação entre os fundos próprios, o exigível dos passivos e a liquidez dos ativos.

O Instituto melhorou os rácios de rendibilidade, ao nível do ativo líquido, dos fundos próprios e dos resultados da atividade operacional.

Verifica-se, pois, um aumento do EBITDA em 4.582.795€ e do *Cash-flow* em 4.326.154€, face ao ano anterior, o que traduz o aumento dos meios libertos ou, simplesmente, do autofinanciamento e que foi vital no esforço de liquidação das dívidas a terceiros.

7.5. CONCLUSÃO

Analisada a situação económico-financeira do grupo IPL em 2011, para além do supracitado, torna-se importante reiterar que as restrições orçamentais que nos últimos anos tendem a acentuar-se, têm resultado num esforço permanente, por um lado de racionalização da despesa, assegurando-se os financiamentos necessários às áreas consideradas prioritárias, e por outro na procura de novas fontes de receita que permitam assegurar a dinâmica do grupo IPL.

O IPL integra instituições de ensino superior público, pelo que depende parcialmente do Orçamento do Estado; como se verifica nas contas de 2011 esta dependência tem vindo a diminuir, impondo o aumento da capacidade de gerar outras receitas para fazer face aos seus encargos de funcionamento.

Da análise da situação económico-financeira à data de 31 de dezembro de 2011, destacam-se as seguintes evidências conjunturais:

- A manutenção do ambiente de forte contenção e elevado rigor na execução da despesa;
- A aplicação das cativações em dotações para despesa de funcionamento, ao abrigo da Lei n.º 55-A/2010 (LOE- 2011), de 31 de dezembro, no valor de 1.075.862€, conducentes à redução de transferências correntes do Estado pelo montante de 242.903€ (foi autorizada a descativação da diferença);
- A continuação do apoio ao programa de doutoramentos no IPL, não obstante o não recebimento das verbas PROTEC inscritas no orçamento, no valor de 982.957€;
- A aplicação da Lei n.º 7/2010 (ECPDESP), de 13 de maio, determinando transições automáticas de carreira dos docentes e o conseqüente esforço orçamental;
- A nova contribuição para a ADSE de 2,5% sobre as remunerações, que ascendeu ao valor de 544.952€;

- A redução significativa das verbas do PIDDAC em 585.937€ (dos 750.000€ inscritos no orçamento foram recebidos 164.063€); e
- A adoção, pelo Conselho de Gestão do IPL, da regra do pagamento até 60 dias para todos compromissos assumidos e processados, decisão que permite cumprir na íntegra o programa “pagar a tempo e horas”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

As referidas evidências sustentam as seguintes conclusões, ao nível da situação patrimonial e dos resultados:

- **Situação patrimonial:**

- A aquisição de bens de investimento retraiu e, em consequência, o imobilizado líquido diminuiu 1.231.688€;
- As dívidas de clientes e de estudantes aumentaram significativamente em 337.396€;
- As disponibilidades e as dívidas a fornecedores diminuíram significativamente, efeito direto da adoção da regra do pagamento até 60 dias e dos pagamentos efetuados no período complementar;
- Os acréscimos de custos diminuíram 1.841.645€, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias em 2012;

- **Resultados:**

- As rubricas de registo das receitas de propinas e das transferências correntes aumentaram 600.512€;
- A rubrica de fornecimentos e serviços externos diminuiu 1.292.348€;
- A rubrica de custos com o pessoal diminuiu 3.124.594€;
- A rubrica de provisões, em obediência ao princípio da prudência, inclui riscos e encargos com processos judiciais em curso e eventuais dívidas à Segurança Social, no valor de 778.914€;
- Os custos globalmente diminuíram 3.861.456€ e os proveitos também reduzem em 173.232€;
- Os resultados líquidos ascendem a 3.329.408€, o que representa uma variação positiva de 3.688.224€ em relação ao ano de 2010.

7.6. FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Por se considerar relevante, apesar de se ter tido conhecimento após o termo do exercício, importa referir que a 21 de março de 2012, o IPL e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) reuniram para o encerramento de contas nos Mestrados lecionados em parceria, nos termos do Protocolo e dos acordos específicos e, na sequência dessa reunião, foram apuradas as seguintes obrigações de ambas as partes não refletidas nas contas de 2011:

- Transferência a efetuar pela UTAD para o IPL, relativa a propinas e abonos a docentes no montante de 120.003,66€;
- Transferência a efetuar pelo IPL para a UTAD, relativa à organização e gestão dos mestrados e a deslocações, no montante de 116.848,02€.

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2011

8.1. BALANÇO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO | 2011

		Balanço Consolidado			
		Unidade: Euros			
Código das contas	ACTIVO	Exercícios			2010
		AB	AP	AL	
POC Educação					
	IMOBILIZADO:				
	Bens do Domínio público	-	-	-	-
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	617,65	617,65	-	-
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	45.386,60	41.266,69	4.119,91	19.247,26
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.970.827,28	-	2.970.827,28	37.060,36
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		3.016.831,53	41.884,34	2.974.947,19	56.307,62
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	11.474.614,46	-	11.474.614,46	14.375.276,90
422	Edifícios e outras construções	79.134.091,56	9.875.913,67	69.258.177,89	69.763.231,77
423	Equipamento e material básico	20.909.914,58	16.786.204,28	4.123.710,30	4.664.342,56
424	Equipamento de transporte	816.549,33	716.080,62	100.468,71	129.320,90
425	Ferramentas e utensílios	382.860,50	362.635,20	20.225,30	28.687,96
426	Equipamento administrativo	8.109.027,56	6.730.018,71	1.379.008,85	1.639.400,10
427	Taras e vasilhame	-	-	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	2.975.904,43	2.835.424,25	140.480,18	203.067,77
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	182.713,84	-	182.713,84	38.399,01
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
		123.985.676,26	37.306.276,73	86.679.399,53	90.841.726,97
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00
412	Obrigações e títulos de participação	174.500,00	2.000,00	172.500,00	160.500,00
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		204.500,00	2.000,00	202.500,00	190.500,00
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	-	-	-	-
37	Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
		-	-	-	-
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
211	Clientes, c/c	592.105,11	-	592.105,11	794.128,41
212	Alunos, c/c	1.050.600,99	-	1.050.600,99	676.864,10
213	Utentes, c/c	13,66	-	13,66	13,66
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber	-	-	-	-
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1.273.767,63	1.273.767,63	-	-
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	139,12	-	139,12	139,12
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	1.870,67	-	1.870,67	1.707,11
26	Outros devedores	461.718,53	-	461.718,53	296.199,32
		3.380.215,71	1.273.767,63	2.106.448,08	1.769.051,72
	Títulos negociáveis:				
		-	-	-	-
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	Conta no tesouro	157.050,35	-	157.050,35	2.384.997,53
12	Depósitos em instituições financeiras	194.663,29	-	194.663,29	554.810,37
11	Caixa	522,06	-	522,06	620,72
		352.235,70	-	352.235,70	2.940.428,62
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	8.833,46	-	8.833,46	51.493,84
272	Custos diferidos	135.057,24	-	135.057,24	98.712,70
		143.890,70	-	143.890,70	150.206,54
	Total de amortizações		37.348.161,07		
	Total de provisões		1.273.767,63		
	Total do activo	131.083.349,90	38.623.928,70	92.459.421,20	95.948.221,47

Balanzo Consolidado

Unidade: Euros

Código das contas POC Educação	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
		2011	2010
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	3.153.473,58	3.154.494,78
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas ou entidades	-	-
56	Reservas de reavaliação	-	-
	Reservas:		
571	Reservas legais	-	-
572	Reservas estatutárias	-	-
573	Reservas contratuais	-	-
574	Reservas livres	-	-
575	Subsídios	-	-
576	Doações	19.363.960,39	19.327.387,64
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	-0,41	-0,41
59	Resultados transitados	574.575,01	925.201,21
88	Resultado líquido do exercício	3.329.408,26	-358.816,13
	Total dos fundos próprios	26.421.416,83	23.048.267,09
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos:	778.914,22	-
		778.914,22	-
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada	-	-
23112+23212	Empréstimos por dívida não titulada	-	-
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	174.553,62	1.654.146,17
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	-	-
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	-	-
252	Credores pela execução do orçamento	-	-
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	90,09	-
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	47,32	2.473.605,11
24	Estado e outros entes públicos	256.490,32	1.098.664,14
26	Outros credores	112.544,59	442.239,81
		543.725,94	5.668.655,23
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2.953.176,15	4.794.820,80
274	Proveitos diferidos	61.762.188,06	62.436.478,35
		64.715.364,21	67.231.299,15
	Total do passivo	66.038.004,37	72.899.954,38
	Total dos fundos próprios e do passivo	92.459.421,20	95.948.221,47

AB=activo bruto.

AP=amortizações e provisões acumuladas.

AL=activo líquido.

8.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO | 2011

Demonstração de Resultados Consolidada

Unidade: Euros

Código das contas POC Educação		Exercícios			
		2011		2010	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	234.228,23		15.564,05	
	Matérias	946.284,78	1.180.513,01	1.335.186,64	1.350.750,69
62	Fornecimentos e serviços externos	6.828.148,18		8.120.496,49	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	27.138.366,02		30.120.089,54	
643 a 648	Encargos sociais:	5.291.372,17		5.434.242,81	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.239.665,63	40.497.552,00	1.277.263,72	44.952.092,56
66	Amortizações do exercício	3.122.579,04		3.343.450,92	
67	Provisões do exercício	1.125.880,08	4.248.459,12	267.078,93	3.610.529,85
65	Outros custos e perdas operacionais		24.600,85		24.673,59
			(A)		45.951.124,98
68	Custos e perdas financeiros	66.663,90	66.663,90	64.937,90	64.937,90
			(C)		46.017.788,88
69	Custos e perdas extraordinários		157.911,14		34.171,73
			(E)		46.175.700,02
88	Resultado líquido do exercício		3.329.408,26		-358.816,13
			49.505.108,28		49.678.340,19
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	917.211,79		2.281.842,90	
712	Prestações de serviços	2.949.878,54	3.867.090,33	2.174.703,00	4.456.545,90
72	Impostos e taxas	12.439.857,16		12.019.323,68	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	53.710,85		106.823,25	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	31.296.437,01		31.116.458,28	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	43.790.005,02	0,00	43.242.605,21
			(B)		47.657.095,35
78	Proveitos e ganhos financeiros		5.213,80		8.542,23
			(D)		47.662.309,15
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.842.799,13		1.970.646,85
			(F)		49.505.108,28
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A) =		1.705.970,37		-2.238.895,58
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =		-61.450,10		-56.395,67
	Resultados correntes (D)-(C) =		1.644.520,27		-2.295.291,25
	Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		3.329.408,26		-358.816,13

8.3. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS | 2011

As demonstrações financeiras consolidadas do Instituto Politécnico de Leiria (grupo IPL) foram preparadas em conformidade com a Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal para o Setor da Educação.

As notas que se seguem respeitam a numeração seguida pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC-Educação) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra omitida neste anexo não são aplicáveis ao grupo IPL ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras consolidadas.

O grupo IPL apresentou pela primeira vez demonstrações financeiras consolidadas, no exercício de 2005, tendo incluído no perímetro de consolidação as seguintes entidades:

- Instituto Politécnico de Leiria⁶;
 - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria;
 - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria;
 - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche;
 - Escola Superior de Saúde de Leiria;
- Serviços de Ação Social (SAS);
- Fundação Instituto Politécnico de Leiria;
- Associação Inovação Desenvolvimento e Ciência (AIDC);
- Associação Leiria Sociedade de Informação (ALSI).

Em 2007, o IPL iniciou um processo de reorganização interna dos serviços, baseado na implementação de um modelo de gestão integrado assente num orçamento unificado com as Unidades Orgânicas de ensino e investigação.

Em 2008, o Conselho Administrativo do IPL, deliberou não renovar o pedido de criação da Fundação Instituto Politécnico de Leiria, revertendo a dotação inicial e juros para o IPL. Em finais de 2010, por deliberação do Sr. Presidente do IPL (Presidente da Direção da ALSI) deu-se por encerrada a atividade da Associação Leiria Sociedade de Informação.

Em consequência, as entidades incluídas consolidação de contas de 2011 são:

- Instituto Politécnico de Leiria
 - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria;
 - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria;
 - Escola Superior de Artes e Design;
 - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche;
 - Escola Superior de Saúde de Leiria;
 - CDRsp;
- Serviços de Ação Social (SAS);
- Associação Inovação Desenvolvimento e Ciência (AIDC);

⁶ A Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR), embora constituindo uma escola do IPL, encontrava-se no regime de instalação, até 31 de Dezembro de 2008, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 114/2006, de 12 de Junho, pelo que os dados do IPL incluíam os seus valores.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A inclusão na consolidação destas entidades foi efetuada no respeito pelo estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

As entidades incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da *simples agregação* foram:

Entidade - Mãe:

Instituto Politécnico de Leiria

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) tem a sua sede na cidade de Leiria, na Rua General Norton de Matos, e está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 15.1.04.19.01 e número de contribuinte 506 971 244.

O IPL é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, (RJIES). O IPL em termos organizacionais é composto por: unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades orgânicas de investigação, unidades orgânicas de formação, unidades orgânicas de apoio à atividade pedagógica e de promoção à transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e unidades funcionais.

Outras Entidades:

Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social (SAS) do Instituto Politécnico de Leiria têm a sua sede em Leiria, no Edifício sede do IPL, e estão sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 15.1.04.19.02 e número de contribuinte 600 041 581, sendo a presidência do Conselho de Ação Social e do Conselho Administrativo exercida pelo Presidente do IPL.

Nos termos do seu regulamento orgânico, os SAS são dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, constituindo uma unidade orgânica específica do IPL.

As entidades incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da *consolidação integral* foram as seguintes:

Outras Entidades:**Associação Inovação, Desenvolvimento e Ciência**

A Associação Inovação Desenvolvimento e Ciência sita no edifício sede do Instituto Politécnico de Leiria, com o número de contribuinte 506 875 245, é uma associação sem fins lucrativos, que tem por objeto a promoção de atividades de investigação científica e de desenvolvimento.

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicável à AIDC, foi necessário efetuar as reclassificações e os ajustamentos necessários das contas desta entidade [Quadro 22], de forma a que os critérios e os princípios contabilísticos fossem homogeneizados em relação ao POC-Educação

2. ENTIDADES EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

O grupo IPL tem participações noutras entidades, as quais por não serem materialmente relevantes para a imagem verdadeira e apropriada do grupo ou por desenvolverem atividades de natureza distinta, foram excluídas ao abrigo do ponto 12.4.4 – Exclusões de consolidação do POC-Educação. Estas participações são relevadas nas contas de “Investimentos Financeiros – Partes de Capital” e “Investimentos Financeiros – Obrigações e Títulos de Participação” [vide nota 13 deste anexo].

As entidades participadas são:

- Fundação da Escola Profissional de Leiria, Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria;
- Incubadora D. Dinis – Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias, Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;
- OPEN-Associação para Oportunidade Especificas de Negócio, Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande;
- POOL.NET Portuguese Tooling Network - Avenida D. Dinis, n.º17, 2430-263 Marinha Grande;
- OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia - Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos;
- INOVREGIO - Associação de Inovação Regional - Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 – Cartaxo.

Existe, ainda, uma participação indireta por via da AIDC na seguinte entidade:

- DIGIWEST – Rua da Carvalha, nº 570, 2400-441 Leiria.

3. PESSOAL AO SERVIÇO

O número de funcionários ao serviço, em 31 de dezembro de 2011, das entidades incluídas na consolidação pelo método da simples agregação era de 1.372 funcionários, e encontra-se discriminado por categoria e entidade no quadro seguinte:

Quadro 21 | Pessoal a 31 de dezembro

Pessoal ao Serviço por Categoria

Categoria profissional	IPL+SAS	IPL-SC	ESECS	ESTG	ESAD	ESTM	ESSLei	Outras Unidades	SAS
Professor Coordenador	36	-	7	18	1	3	5	2	-
Professor Adjunto	238	-	34	126	17	39	16	6	-
Assistente 2º Triénio	24	-	4	13	4	3	-	-	-
Assistente 1º Triénio	6	-	-	-	-	-	6	-	-
Equiparado Professor Adjunto	54	-	1	38	7	5	3	-	-
Equiparado Assistente 2º Triénio	179	-	34	75	44	26	-	-	-
Equiparado Assistente 1º Triénio	52	-	1	28	7	16	-	-	-
Equiparado a Investigador Auxiliar	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Professor Adjunto Convocado	32	-	5	15	6	-	6	-	-
Prof. Ensino Básico e Secundário	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Monitor	2	-	-	1	1	-	-	-	-
Assistente Convocado	291	-	59	25	39	16	73	79	-
Dirigente	12	6	1	1	1	1	1	-	1
Técnico Superior	144	82	10	23	16	9	1	-	3
Informática	20	19	-	-	-	-	-	-	1
Assistente Técnico	118	80	5	16	6	2	3	-	6
Assistente Operacional	161	6	4	8	10	1	3	-	129
Carreiras e Categorias subsistentes	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	1.372	194	166	388	159	121	117	87	140

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IPL

Na entidade AIDC, incluída na consolidação pelo método da consolidação integral, existia 1 funcionário ao serviço, em 31 de dezembro de 2011, assim, o número de funcionários total é de 1.373 e aumenta em 13 funcionários face ao ano anterior. Este comportamento advém da diminuição de pessoal não docente nos SAS, uma vez que o pessoal docente evidencia alguns aumentos, quando analisados em número absoluto.

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades indicadas no ponto 1 deste anexo.

No processo de consolidação mostrou-se necessário proceder apenas a um ajustamento nas contas individuais do IPL pelo montante 49,35€, valor que é referente a uma fatura dos SAS não registada como custo. Este ajustamento reduz os resultados líquidos pelo mesmo montante, mas permite a correta eliminação das operações entre as entidades inseridas na consolidação.

III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

11. HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO A CONSOLIDAR

Das entidades que pertencem ao grupo IPL, a “entidade-mãe” e os SAS utilizam o POC-Educação, a AIDC utilizou o SNC – Sistema de Normalização Contabilística. Por este motivo, para efeitos das demonstrações

financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação de algumas contas do SNC para o POC-Educação, nos termos da seguinte relação:

Quadro 22 | Tabela reclassificações

SNC (Empresas)	POC - Educação
23 Pessoal	262 Pessoal
2722 Devedores por acréscimos de gastos	273 Acréscimos de custos
278 Outros devedores e credores	268 Devedores e credores diversos
281 Gastos a reconhecer	272 Custos diferidos
43 Ativos fixos tangíveis	42 Imobilizado corpóreo
51 Capital	51 Património
56 Resultados transitados	59 Resultados transitados
63 Gastos com pessoal	64 Custos com pessoal
64 Gastos de depreciação e amortização	66 Amortizações do exercício
681 Impostos	651 Impostos e taxas
6881 Correções relativas a períodos anteriores	697 Correções relativas a exercícios anteriores
6885 Multas e penalidades	695 Multas e penalidades
6888 Outros não especificados	6988 Outros não especificados
69 Gastos e perdas de financiamentos	68 Custos e perdas financeiras
7221 Quotizações	76 Outros proveitos e ganhos operacionais
75 Subsídios à exploração	743 Subsídios correntes obtidos
78 Outros rendimentos e ganhos	79 Proveitos e ganhos extraordinários
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	78 Proveitos e ganhos financeiros
81 Resultado líquido do exercício	88 Resultado líquido do exercício

13. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas ao custo de aquisição e estão contabilizadas na conta 41 – investimentos financeiros. As respetivas perdas de valor entendidas como duradouras encontram-se provisionadas.

Assim, a 31 de dezembro de 2011, as entidades nas quais o grupo IPL detém participações financeiras e a respetiva informação financeira disponível, reportada àquela data é a seguinte:

Quadro 23 | Entidades participadas

Entidades Participadas				
Denominação social	Capital Realizado	Custo Aquisição	Resultados último Exercício	Exercício
Fundação da Escola Profissional de Leiria	110.500	50.000	119.799	2011
Incubadora D.Dinis - Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias	220.000	57.500	-21.497	2011
OPEN-Associação para Oportunidade Especificas de Negócio	507.500	60.000	2.844	2011
POOL.NET Portuguese Tooling Network	32.000	500	6.069	2011
OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia	38.500	2.500	749	2011
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	20.530	4.000	4.567	2011
Digiwest	50.000	30.000	30.807	2011
Total		204.500		

Fonte: Relatório e contas das entidades participadas

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

18. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das entidades incluídas no perímetro da consolidação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e definidos no POC – Educação, tendo-se utilizado os seguintes procedimentos prévios de consolidação:

- Identificação do perímetro de consolidação;
- Identificação dos métodos de consolidação a aplicar;
- Homogeneização da informação (planos de contas, políticas contabilísticas e critérios de valorimetria);
- Reclassificação e ajustamentos do SNC para o POC-Educação;
- Agregação de dados;
- Eliminação de saldos e operações inter-grupo;
- Eliminação dos resultados provenientes das operações efetuadas entre as entidades compreendidas na consolidação quando estejam incluídos nos valores contabilísticos dos ativos.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação apresentam os saldos de disponibilidades e terceiros após os registos do período complementar.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

IMOBILIZADO INCORPÓREO

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente os custos de investigação e desenvolvimento de propriedade industrial, encontram-se registadas pelo custo, deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que ficam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes.

No caso dos direitos de superfície, considerando que se referem a terrenos, não foi registada qualquer amortização, nos termos do CIBE – Cadastro e Inventário dos bens do Estado.

IMOBILIZADO CORPÓREO

TERRENOS E RECURSOS NATURAIS, EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES

Os terrenos e edifícios adquiridos até 30 de novembro de 2011 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes.

Quanto aos terrenos e edifícios adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual no caso dos edifícios, para além dos custos de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura.

EQUIPAMENTO BÁSICO, EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Parte dos bens adquiridos até 30 de novembro de 2011 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes, encontrando-se os restantes registados ao custo de aquisição.

Os bens adquiridos após aquela data encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição deduzidos das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos bens do Estado.

A amortização dos bens objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores externos.

De referir que os custos de manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registados como custo do exercício, por sua vez as grandes reparações são incluídas no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que esta origine benefícios económicos futuros adicionais.

O imobilizado em curso corresponde aos ativos que estão em fase de construção ou montagem e encontram-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos só serão amortizados a partir do momento em que passam para estado de uso.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

PARTES DE CAPITAL E OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

Os investimentos financeiros em partes de capital e obrigações e títulos de participação encontram-se registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo custo de aquisição. Correspondem às participações do grupo IPL no capital das entidades identificadas no [Quadro 23]. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, são constituídas provisões para aplicações financeiras.

PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSA

As provisões existentes no balanço consolidado dizem respeito à “entidade-mãe”. Foram constituídas para cobranças duvidosas de acordo com o critério económico e legal, tendo por base os riscos de cobrabilidade identificados no final do exercício. São constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação de risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

A constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7.4 do POC-Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para os quais existam diligências para o seu recebimento. A taxa de provisão considerada foi de 100%.

As provisões para riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados, sobre aos quais existe a probabilidade da necessidade de recursos para a resolução e existe a possibilidade de estimar o montante.

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

As entidades incluídas no processo de consolidação registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas contas de acréscimos e diferimentos *[vide nota 45 deste anexo]*.

São contabilizados como custo do exercício, os custos relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar em 2012, mediante uma estimativa de valor, bem como os custos de comunicações, encargos das instalações, honorários, entre outros, referentes a 2011 e a liquidar em 2012.

São contabilizados como custos do exercício seguinte os seguros, e outros custos, tais como serviços de manutenção, licenciamento de software pagos em 2011, mas cujo período de vigência se estende a 2012.

Já o reconhecimento dos proveitos obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e prestações de serviços, de um modo geral ocorre no momento da emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio de especialização dos exercícios;
- Transferências e subsídios correntes obtidos, que se destinem a financiar despesas correntes são registadas como proveito do exercício (subsídio à exploração), independentemente do momento do recebimento;

- Transferências recebidas para financiar despesas de capital são diferidas no balanço na conta de “proveitos diferidos”, sendo transferidos para proveitos, através de “ganhos extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados (amortizações);
- Propinas, as propinas de formação do 1.º ciclo são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização do exercício. As propinas relativas à restante formação são apenas reconhecidas quando recebidas.

19. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

20. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O valor contabilizado em despesas de investigação e desenvolvimento está relacionado com as despesas associadas à execução do projeto de investigação *Formula IPL*.

22. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO

ATIVO BRUTO

Em 2011, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Quadro 24 | Ativo bruto

						Ativo bruto
						Exercício de 2011
						Unidade: Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Bens do domínio público						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar	-	-	-	-	-	-
Bens do património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros bens do domínio público	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso de bens do domínio público	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	617,65	-	-	-	-	617,65
Despesas de investigação e de desenvolvimento	45.386,60	-	-	-	-	45.386,60
Propriedade industrial e outros direitos	37.060,36	-	33.104,48	-	2.900.662,44	2.970.827,28
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-	-
	83.064,61	-	33.104,48	-	2.900.662,44	3.016.831,53
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	14.375.276,90	-	-	-	-2.900.662,44	11.474.614,46
Edifícios e outras construções	78.410.787,52	-	723.304,04	-	-	79.134.091,56
Equipamento e material básico	20.371.418,14	-	591.734,95	548,68	49.777,34	20.912.827,07
Equipamento de transporte	816.549,33	-	-	-	-	816.549,33
Ferramentas e utensílios	381.256,71	-	1.974,48	-	370,69	382.860,50
Equipamento administrativo	7.756.772,43	-	389.361,30	2.912,49	37.106,17	8.106.115,07
Taras e vasilhame	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	2.987.170,21	-	-	-	11.265,78	2.975.904,43
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	38.399,01	-	144.314,83	-	-	182.713,84
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-
	125.137.630,25	-	1.850.689,60	3.461,17	-2.802.142,46	123.985.676,26
Investimentos financeiros:						
Partes de capital	30.000,00	-	-	-	-	30.000,00
Obrigações e títulos de participação	162.500,00	-	12.000,00	-	-	174.500,00
Investimentos em imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-
	192.500,00	-	12.000,00	-	-	204.500,00
Total	125.413.194,86	-	1.895.794,08	3.461,17	98.519,98	127.207.007,79

Fonte: Balanço consolidado.

Nota: O saldo inicial de 2011 difere, em 591,50€, do saldo final de 2010, em consequência da saída do perímetro da consolidação da ALSI.

Em 2011, procedeu-se à alteração da contabilização dos terrenos sobre os quais existem contratos de cedência de direito de superfície, tendo sido transferidos, pela sua natureza intangível, de imobilizações corpóreas para imobilizações incorpóreas, alteração registada pelo montante de 2.900.662,44€.

Todos os abates de bens encontram-se autorizados pelo Conselho de Gestão, de acordo com a Lei e com as regras estabelecidas no manual de controlo interno.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por seu lado, o movimento verificado nas amortizações das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Quadro 25 | Amortizações

Amortizações e provisões				
Exercício de 2011				
Unidade: Euros				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Despesas de instalação	617,65	-	-	617,65
Despesas de investigação e de desenvolvimento	26.139,34	15.127,35	-	41.266,69
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
	26.756,99	15.127,35	-	41.884,34
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	8.647.555,75	1.228.357,92	-	9.875.913,67
Equipamento e material básico	15.707.075,59	1.129.349,16	50.220,47	16.786.204,28
Equipamento de transporte	687.228,43	28.852,19	-	716.080,62
Ferramentas e utensílios	352.568,75	10.437,14	370,69	362.635,20
Equipamento administrativo	6.117.513,68	648.174,81	35.669,78	6.730.018,71
Taras e vasilhame	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	2.784.102,44	62.280,47	10.958,66	2.835.424,25
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
	34.296.044,64	3.107.451,69	97.219,60	37.306.276,73
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
Investimentos em imóveis	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	34.322.801,63	3.122.579,04	97.219,60	37.348.161,07

Fonte: Balanço consolidado.

Nota: O saldo inicial de 2011 difere, em 591,50€, do saldo final de 2010, em consequência da saída do perímetro da consolidação da ALSI.

31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços foram na sua totalidade efetuadas no mercado interno, o seu valor líquido consolidado foi o seguinte:

Quadro 26 | Vendas e prestações de serviços

Vendas e prestações de serviços		
Exercício de 2011		
Unidade: Euros		
Rubricas	Valor	%
Vendas		
Fotocópias, impressos e publicações	140,42	0,02%
Livros e documentação técnica	1.143,92	0,12%
Produtos alimentares e bebidas	894.358,65	97,51%
Refeições	21.568,80	2,35%
	917.211,79	100%

Vendas e prestações de serviços

Exercício de 2011

Unidade: Euros

Rubricas	Valor	%
Prestações de serviços		
Serviços de alimentação	1.131.983,24	38,37%
Serviços de alojamento	774.517,20	26,26%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	473.776,20	16,06%
Serviços de laboratórios	3.929,60	0,13%
Colaboração docente	95.974,31	3,25%
Patrocínios e apoios	159.587,49	5,41%
Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	23.813,48	0,81%
Ações de formação	29.426,86	1,00%
Conferências, seminários e congressos	115.391,49	3,91%
Actividades de saúde	14.691,50	0,50%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	45.442,79	1,54%
Outros	81.344,38	2,76%
	2.949.878,54	100%
Total	3.867.090,33	

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

34. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

O valor das remunerações líquidas anuais auferidas pelos membros dos Órgãos de Gestão no desempenho das suas funções na “entidade-mãe” foram as seguintes:

Quadro 27 | Remunerações dos órgãos de gestão

Remunerações dos órgãos de gestão	
Exercício de 2011	
Unidade: Euros	
Conselho de Gestão	Remunerações na entidade-mãe
Presidente e Vice-Presidentes	172.855,59
Administradora	30.422,05

Fonte: Direção de Recursos Humanos.

39. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

Quadro 28 | Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Demonstração consolidada dos resultados financeiros					
Unidade: Euros					
Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2011	2010		2011	2010
Juros suportados	140,91	387,49	Juros obtidos	5.127,15	8.538,89
Perdas em entidades ou sub-entidades	-	2.000,00	Ganhos em entidades ou sub-entidades	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros custos e perdas financeiros	66.522,99	62.550,41	Descontos de pronto pagamento obtidos	86,65	3,34
			Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
Resultados financeiros	-61.450,10	-56.395,67			
Total	5.213,80	8.542,23		5.213,80	8.542,23

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

40. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários apresentam a seguinte composição:

Quadro 29 | Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários					
Unidade: Euros					
Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2011	2010		2011	2010
Transferências de capital concedidas	-	-	Restituição de impostos	-	-
Perdas de imobilizado	4.761,55	2.369,28	Ganhos de imobilizado	-	1.089,00
Multas e Penalidades	32.046,30	-	Benefícios de penalidades contratuais	-	146,14
Aumentos de amortizações e de provisões	-	-	Reduções de amortizações e de provisões	70.301,73	143.696,66
Correcções relativas a exercícios anteriores	119.127,49	30.593,22	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.163,38	9.868,82
Outros custos e perdas extraordinárias	1.975,80	1.209,23	Outros proveitos e ganhos extraordinárias	1.765.334,02	1.815.846,23
Resultados extraordinários	1.684.887,99	1.936.475,12			
Total	1.842.799,13	1.970.646,85		1.842.799,13	1.970.646,85

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

O montante evidenciado na conta dos outros proveitos e ganhos extraordinários (1.765.334,02€) corresponde, essencialmente, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados, de acordo com a regra contabilística referida na Nota 18 destes anexos.

41. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES

Em 2011, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

Quadro 30 | Provisões

Provisões				
Exercício de 2011				
Unidade: Euros				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	-	-	-	-
Provisões para cobranças duvidosas	997.103,50	346.965,86	70.301,73	1.273.767,63
Provisões para riscos e encargos	-	778.914,22	-	778.914,22
Provisão para depreciação de existências	-	-	-	-
Provisões para investimentos financeiros	2.000,00	-	-	2.000,00
Total	999.103,50	1.125.880,08	70.301,73	2.054.681,85

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

O total de provisões para cobranças duvidosas, no montante final de 1.273.767,63€ reparte-se em 530.485,03€ de provisões de estudantes e em 743.282,60€ de provisões de clientes.

Em 2011, recuperou-se 31.556,59€ de dívidas em atraso de estudantes e 38.745,14€ de dívidas de clientes, que somam os 70.301,73€ acima referidos, e reforçou-se as provisões, para fazer face a novas incobranças, em 346.965,86€ (231.929,14€ de clientes e 115.036,72€ de estudantes).

Ainda em 2011, o IPL reconheceu uma provisão para riscos e encargos no montante de 778.914,22€ relativamente a processos judiciais que se encontram em curso e a eventuais dívidas à Segurança Social resultantes de diferenças entre as taxas aplicadas, estas provisões têm reflexo no passivo e em resultados operacionais do exercício.

Os processos judiciais acima descritos referem-se às seguintes ações:

- Pagamento de indemnizações compensatórias em caso de caducidade de contratos de pessoal docente. A situação resulta do entendimento do IPL e demais instituições de ensino superior de não proceder ao pagamento de indemnizações compensatórias por caducidade de contratos, posição igualmente defendida pelo CCISP, em comunicado enviado à IES em 27/02/2012. O Sindicato Nacional do Ensino Superior, em defesa do interesse coletivo dos seus associados intentou uma ação para pagamento das quantias relativas à não renovação de 148 contratos de docentes do conjunto das escolas que integram o IPL. Para a determinação do valor em dívida, que serviu de base à constituição da provisão, foram considerados os contratos terminados até 31/07/2011 e que não foram renovados nos 3 meses seguintes, apurando-se o montante de 66.944,91€; na generalidade dos referidos casos, trata-se de contratos a tempo parcial onde se incluem os contratos correspondentes a orientadores clínicos.
- Congelamento das progressões na carreira - progressões na carreira de pessoal docente do IPL. Situação que resulta do entendimento do Instituto de que a passagem de Assistentes do 1.º triénio para Assistente do 2.º triénio consubstancia uma progressão estando, como tal, sujeita ao “congelamento” previsto na Lei n.º 43/2005, de 29 de agosto, prorrogado pela Lei n.º 53-C/2006, de 29 de dezembro. No processo em causa pretende-se a anulação do entendimento do IPL e defende-se o reconhecimento do direito do docente auferir remunerações pelo índice 140 desde 15 de setembro de 2005 e pagamento das referidas quantias acrescido dos juros à taxa legal, o montante foi estimado em 46.595,76€, efetuando-se provisões de igual montante.
- Congelamento das progressões na carreira - progressões na carreira de pessoal docente do IPL. Situação idêntica à anterior, em que a ação imposta em Tribunal defende que a docente exerceu funções desde 1 setembro de 2006 a 20 de fevereiro de 2011, sendo devido o pagamento pelo escalão 1, índice 140, por ter grau de mestre, e o reconhecimento de que a passagem de Assistente do 1.º triénio para Assistente do 2.º triénio é uma promoção e não um congelamento, o que se traduz no pagamento de retroativos no valor de 13.590,36€ acrescido de juros vincendos; por fim o reconhecimento do direito à compensação por caducidade, estimada em 4.083,30€, acrescidos de juros vincendos. Neste processo foi provisionado o montante de 13.590,36€, uma vez que o pagamento por caducidade de contrato, excecionalmente, foi pago com contabilização a partir de 1 de setembro de 2009.
- Reclamação de eventuais dívidas pela Segurança Social, resultante da diferença de entendimento entre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) e o IPL, que originou um processo de revisão do enquadramento das relações contratuais no regime da segurança social nos anos de 2009 e 2010 e a conseqüente correção das taxas de 26,70% para 31,60% nas relações contratuais constituídas no IPL, tendo o IGFSS apurado o montante de 651.783,19€ com referência a 31 de dezembro de 2011.

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

45. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Face aos valores que atingiram as contas patrimoniais de acréscimos e diferimentos explicita-se, a sua natureza e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

ACRÉSCIMO DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

Quadro 31 | Acréscimos de proveitos e custos diferidos

Acréscimos de proveitos e custos diferidos		
Unidade: Euros		
Rubricas	2011	2010
Acréscimos de proveitos		
Outros acréscimos de proveitos	8.833,46	51.493,84
Total acréscimos de proveitos	8.833,46	51.493,84
Custos diferidos		
Rendas e alugueres	747,12	32.912,95
Despesas de representação	1.190,09	5.785,45
Comunicações	-	0,00
Seguros	26.620,93	27.542,68
Conservação e reparação	11.614,68	5.861,02
Licenciamento de Software	90.706,94	20.539,98
Outros custos diferidos	4.177,48	6.070,62
Total custos diferidos	135.057,24	98.712,70

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de proveitos referem-se fundamentalmente a serviços prestados, cujos valores não foram faturados até 31 de dezembro de 2011.

ACRÉSCIMO DE CUSTOS E PROVEITOS DIFERIDOS

Quadro 32 | Acréscimos de custos e proveitos diferidos

Acréscimos de custos e proveitos diferidos		
Unidade: Euros		
Rubricas	2011	2010
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	2.737.002,60	4.611.445,76
Outros acréscimos de custos	216.173,45	183.375,04
Total acréscimos de proveitos	2.953.176,05	4.794.820,80
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento do Orçamento Estado	34.217.379,00	34.974.598,05
Subsídios ao investimento da União Europeia	25.136.524,48	24.990.335,00
Subsídios ao investimento do sector	-	-
Subsídios ao investimento de outros subsector	184.174,72	200.755,12
Propinas	2.166.199,27	2.212.879,59
Saldos de gerência	57.910,59	57.910,59
Total proveitos diferidos	61.762.188,06	62.436.478,35

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de custos referem-se fundamentalmente a remunerações a liquidar relativas às estimativas de férias a pagar 2012, aos subsídios de férias e respetivos encargos (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE).

Nos proveitos diferidos registam-se os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizado e para projetos de investigação, cujos correspondentes custos (amortizações) ainda não foram registados em resultados. Esta situação irá ocorrer quando se processarem as respetivas amortizações, e simultaneamente, se transferirem para proveitos do exercício aqueles subsídios em função, e na mesma proporção das amortizações.

Leiria, 26 de Junho de 2012

Exm^o. Conselho de Gestão do
IPL – Instituto Politécnico de Leiria
Dr. Luis Lima Santos
Apartado 4133
2411-901 Leiria

Marinha Grande, 26 de Junho de 2012

ASSUNTO: Contas Consolidadas

Exm^{os}. Srs.

Vimos pela presente juntar, relativamente ao exercício de 2011 os seguintes documentos:

- Certificação Legal das Contas Consolidadas do Instituto Politécnico de Leiria;
- Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as contas consolidadas..

Com os n/ melhores cumprimentos

Luis Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664


Luis Filipe Vicente Pinto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Instituto Politécnico de Leiria**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total 92.459.421,20 euros e um total de fundos próprios de 26.421.416,83 euros, incluindo um resultado líquido de 3.329.408,26 euros), a demonstração dos resultados consolidados por naturezas, o relatório de actividades e gestão consolidado e, os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do conselho de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

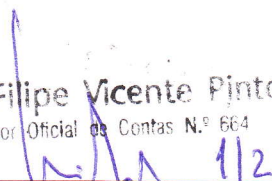
ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação de as demonstrações financeiras das Entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de gestão, utilizadas na sua preparação;

- A verificação das operações de consolidação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;


Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664

- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório consolidado de actividades do órgão de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Instituto Politécnico de Leiria** em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Público da Educação.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de actividades consolidado do órgão de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Marinha Grande, 26 de Junho de 2012


Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Exmos membros do Conselho Geral do IPL – Instituto Politécnico de Leiria

No cumprimento do disposto no artº 159º da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro e na alínea h) do nº 2 do Artigo 16º dos estatutos do IPL, vem o Fiscal Único apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Gestão consolidado do **Instituto Politécnico de Leiria**, relativamente ao exercício de 2011.

O fiscal único que, de acordo com a Lei é também o Revisor Oficial de Contas, emitiu nos termos do nº 3 do artº 13º da Lei nº 37/2003 de 22 de Agosto a Certificação Legal das Contas Consolidadas, a qual fica fazendo parte integrante deste relatório.

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos com regularidade durante o exercício de 2011, a actividade do **Instituto Politécnico de Leiria**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da Lei e dos Estatutos e obtivemos dos órgãos estatutários os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Apreciámos igualmente o relatório de actividades e gestão consolidado.

Face à análise do referido relatório, entende o Fiscal Único salientar o seguinte:

O sistema de controlo interno e regras básicas de boa gestão determinam, entre outras, a adopção dos princípios da salvaguarda dos activos e do registo e actualização do imobilizado da entidade.

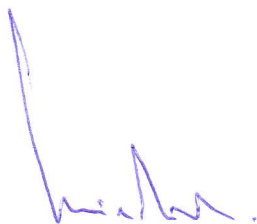


Verifica-se que os terrenos e edifícios do IPL quer de uso próprio quer postos ao serviço das suas Unidades Orgânicas, constituem parte significativa do seu património, não estando alguns devidamente regularizados em termos cadastrais.

Constata-se que continuam em curso e com evolução positiva, os procedimentos iniciados em 2007 necessários à regularização cadastral dos terrenos e edifícios do IPL, quer de uso próprio quer dos que estão ao serviço das suas UO (Unidades Orgânicas).

Do exposto e das análises efectuadas ao longo deste exercício, somos de parecer que merece aprovação o relatório de actividades e gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Gestão.

Marinha Grande, 26 de Junho de 2012



Luis Filipe Vicente Pinto
(Fiscal Único do Instituto Politécnico de Leiria)